

Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dez, nesta Vila de Coruche, Auditório do
Museu Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa
era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário
Nelson Fernando Nunes Galvão e pela Segunda Secretária Ana Patrícia Caçador Palma (Partido
Socialista)
Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:
Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão,
Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Ernesto Cordeiro, Artur Fernando Salgado e José Fernan-
do Constantino Teles (Partido Socialista)
Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodrigues e Liliana Catarina Barroso de Sousa
(Coligação Democrática Unitária)
Abel Manuel de Matos Alves dos Santos (Movimento Independente de Cidadãos por
Coruche)
Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia do Biscai-
nho - Partido Socialista), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da
Branca - Partido Socialista), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Fregue-
sia de Coruche - Partido Socialista), Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do
Couço - Coligação Democrática Unitária), Mário Isidro das Neves Ribeiro (Presidente da Junta
de Freguesia da Erra - Partido Socialista), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta
de Freguesia da Fajarda - Coligação Democrática Unitária), Joaquim Gonçalves Banha (Presi-
dente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda
(Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista)
Não estavam presentes os seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Bernardina Fer-
reira, Luisa Pinheiro Portugal (Partido Socialista), José Nogueira da Silva Casanova, Edite Maria
Pardal do Vale Santos Formigo e António Joaquim Soares (Coligação Democrática Unitária),
Gonçalo André Ramos Ferreira (Movimento Independente de Cidadãos por Coruche) e José
Manuel Conceição Meirinho de Jesus (Partido Social Democrata)
O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de
conformidade com os Artigos 78.º e 79.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção
da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro
A Deputada Municipal Isabel Maria Bernardina Ferreira fez-se substituir por José Dioní-
sio, membro a seguir na lista do Partido Socialista
O Deputado Municipal José Nogueira da Silva Casanova fez-se substituir por Rui Miguel
Friezas Aldeano, membro a seguir na lista da Coligação Democrática Unitária
O Deputado Municipal José Manuel Conceição Meirinho de Jesus fez-se substituir por



Francisco Artur Gomes Gaspar, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata
Verificado o quórum, com a presença de vinte e cinco membros, o Presidente de
Assembleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, com a seguinte
Ordem do Dia:
PONTO UM - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DE ENTRE OS PRESIDENTES DE JUNTA DI
FREGUESIA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 3.º-D DO DECRETO-LEI N.º 17/2009
COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
PONTO DOIS - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMIS
SÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL
PONTO TRÊS - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DI
CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (RENOVAÇÃO DE MANDATOS E/OU DESIGNAÇÃO DE NOVO
ELEMENTOS)
PONTO QUATRO - II ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2010
PONTO CINCO - CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS
PONTO SEIS - PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2009 (DOCU
MENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO)
PONTO SETE - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2009
PONTO OITO - I REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO POI
INCORPORAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR
PONTO NOVE - APROVAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO
CORUCHE 2020
PONTO DEZ - RELATÓRIO ELABORADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 10.º DA
LEI N.º 24/98, DE 26 DE MAIO - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO
PONTO ONZE - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO
Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereado
res, Francisco Silvestre de Oliveira, Maria de Fátima Raimundo Galhardo, Célia Maria Arsénio
Barroso da Cruz Ramalho e Tiago Portugal Neto Capaz
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
O Presidente da Assembleia solicitou que todos os Deputados Municipais procedessem
entrega da ficha de eleito e da fotografia, por forma a proceder-se à emissão dos cartões de iden
tificação
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:- Na sequência d
proposta apresentada na última sessão pelo Deputado Municipal Armando Rodrigues para
que se realizasse uma sessão extraordinária para apreciação e discussão da Revisão ao Plane
Director Municipal, o Presidente da Assembleia propôs que a mesma fosse agendada para o mê



de Junho
Foi acordado com os Grupos Municipais que a sessão extraordinária se realizasse no dia
18 de Junho, pelas 21.00 horas
O Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência com o registo núme-
ro quarenta e seis a noventa e oito, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais
Proferiu ainda o seguinte:
Quero realçar uma carta que recebi do Grupo Municipal da CDU e que se prende com a
realização das sessões da Assembleia no Museu Municipal
Já falámos sobre esta matéria, mas gostaria de recordar que durante a campanha eleitoral
isso foi ponto assente da minha candidatura. Lembro-me do debate que tivemos na rádio em que
se falou em mudar o local da Assembleia e eu disse claramente que tinha um lugar e esse lugar
era o Auditório José Labaredas
Há aqui alguns factores que nós temos de ponderar. Concordo que não temos tanto espa-
ço para o papel. É um facto, toda a gente vê isso, mas também não estamos piores do que tantas
Assembleias pelo distrito que funcionam neste modelo que nós temos
O que vos peço é alguma compreensão porque há factores de qualidade que ultrapassam
os aspectos negativos. Temos mais comodidade, temos uma qualidade de gravação sonora que
não se compara com aquela que tínhamos, temos melhores condições para os jornalistas (ante-
riormente tinham dificuldade de perceber o que os Deputados diziam e estavam misturados com
o público). Acho que também temos de dar alguma dignidade ao seu trabalho. Depois temos
outro aspecto que é fundamental. Anteriormente, o público não tinha oportunidade de ver quem
estava a intervir. Aliás, a maior parte das vezes, nem percebia as intervenções. Penso que isso
aqui não acontece. As intervenções são claras se falarmos para o microfone. Penso ainda, que
estamos bem sentados - as cadeiras são cómodas. De facto, existe o problema do espaço para a
documentação
Eu percebo, a CDU fez disto uma aposta em termos de estratégica política e de guerra
política, mas perdoem-me, a Assembleia vai continuar no Museu Municipal
APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:- O Presidente da Assembleia
colocou à apreciação a acta da sessão ordinária de 26 de Fevereiro de 2010
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer alteração à acta, o Presidente
da Assembleia colocou à votação a mesma
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor (dezasseis do PS e
um do MIC), cinco votos contra da CDU e três abstenções (uma do PS - Deputado Municipal
António Venda, uma da CDU - Deputada Municipal Liliana Sousa e uma do PSD - Deputado
Municipal Francisco Gaspar), aprovar a presente acta



O Deputado Municipal Armando Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:
"O meu voto contra tem a ver com o facto de nenhuma das minhas intervenções vir regi
tada na acta, com duas excepções
Quando propus para o Conselho Municipal de Segurança os nomes a indicar pela CDU,
Mesa teve condições para registar e eu não falei para o microfone
Quando falei no que concerne à proposta que fiz para uma reunião para discussão o
Revisão ao PDM, não falei para o microfone e a Mesa registou
Sobre todas as outras intervenções nem sequer uma breve síntese das questões que col
quei, sobretudo no ponto relativo ao Conselho Municipal de Segurança em que fiz uma interve
ção importante e pertinente e nem sequer uma breve síntese consta em acta."
O Presidente da Assembleia referiu: Quando o Senhor Deputado se recusou em falar pa
o microfone, nós informámo-lo que dificilmente as suas intervenções poderiam ficar registad
em acta
A partir deste momento o Deputado Municipal Gonçalo André Ramos Ferreir
(Movimento Independente de Cidadãos por Coruche), passou a participar nos trabalho
sendo vinte e uma horas e trinta e dois minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e seis membros
O Deputado Municipal Luís Alberto apresentou uma declaração de voto, referindo qu
enquanto não se criarem condições na sala não fala para o microfone
A Deputada Municipal Liliana Sousa apresentou uma declaração de voto, justificando
sua abstenção por não ter estado presente na sessão anterior
A partir deste momento os Deputados Municipais António Joaquim Soares e a Edi
Maria Pardal do Vale Santos Formigo (Coligação Democrática Unitária), passaram a pa
ticipar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e trinta e cinco minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e oito membros
O Presidente da Assembleia referiu: O Grupo Municipal da CDU decidiu todo não fal
para o microfone
Isto entristece-me porque é, de facto, uma posição de força no sentido de tentar alterar
decisão da Mesa da Assembleia Municipal de transferir para aqui as sessões deste órgão para u
local com outros parâmetros de qualidade
Com essa posição de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que é que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que é que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que é que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que é que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que expressiva de não falarem para o microfone, nós sabemos muito bem o que expressiva de não falarem para
os senhores querem. Virão a dizer a curto prazo que não ficam registadas em acta as voss
intervenções, mas não podem assacar essa responsabilidade a quem é Presidente da Mesa, ne
podem assacar essa responsabilidade a quem lhes coloca um microfone para falarem, o que
normal em todas as Assembleias



Sabemos que há Assembleias que têm mais condições. Em Coruche, infelizmente, nã
temos essas condições e não me obriguem a dizer que os senhores estiveram vinte e cinco o
vinte e seis anos à frente da Câmara e perderam os fundos que houve para remodelar o edifíci
dos Paços do Concelho. Podiam ter aproveitado e criado uma sala digna para que a Assemblei
pudesse trabalhar. Isto é a realidade dos factos
Custa-me muito, mas digo-lhes meus amigos - comigo, se não falarem para o microfondo
vão estar quatro anos sem intervenções registadas nas actas, o que é lamentável, porque certa
mente sabem que não é humanamente possível que os secretários registem as declarações de oit
deputados cada vez que intervêm e nomeadamente não são intervenções curtas, são intervençõe
longas e às vezes repetitivas
Deixo aqui este registo, para que não venham mais tarde dizer que a culpa é da Mesa d
Assembleia e do seu Presidente
O Deputado Municipal Ilídio Serrador apresentou uma declaração de voto, justificando
seu voto contra pelo facto de faltarem diversas intervenções na respectiva acta
Referiu, ainda, que pessoalmente, nunca disse que não falava para o microfone
A partir deste momento a Deputada Municipal Luisa Pinheiro Portugal (Partid
Socialista), passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e trinta e oit
minutos
A Assembleia passou a ter a presença de vinte e nove membros
O Presidente da Assembleia referiu: Retiro o que disse, porque de facto há alguns Depu
tados da CDU que estão disponíveis para que as suas declarações fiquem gravadas
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Acho que o Senhor Presidente devia legit
mar a sua posição pondo à votação como é que as pessoas devem falar, com microfone ou sei
microfone e depois se isto é democrático têm de se sujeitar
O Presidente da Assembleia referiu: Penso que não vale a pena estarmos a abordar ess
questão porque os Deputados da CDU irão manter esta decisão quer percam ou não em votação.
O Primeiro Secretário referiu: Queria recordar esta Assembleia do que é uma acta. Parec
que quando falamos de actas não estamos conscientes do que estamos a falar. Uma acta não ter
de conter as declarações integrais daquilo que se passa nesta Assembleia
Fazemos um esforço enorme para fazer constar em acta o máximo das declarações qu
são aqui proferidas na Assembleia
Como o Senhor Presidente já referiu, dotámos a Assembleia Municipal de todas as cond
ções necessárias para o efeito, nomeadamente atribuindo um microfone a cada Grupo Municipal
Na sessão passada foi referido pelo Presidente da Assembleia, por diversas vezes, que a



que o fizeram estavam perfeitamente conscientes disso, mas continuaram a repetir essa prática
daí que me custa um bocadinho estarmos a fazer disto cavalo de batalha. Recordo, mais uma vez
que uma acta é um resumo daquilo que se passa na Assembleia Municipal
Podemos, até, aprovar nesta Assembleia outro modelo de acta
Se no futuro continuar esta situação, poderei vir a propor outro modelo de actas para a
sessões. Um modelo em que conste apenas o sentido da deliberação, ou seja, se o assunto é apro
vado ou reprovado e com que votação. Quem quiser que a sua intervenção ou posição do partido
conste em acta apresenta-a por escrito à Mesa
Temos muitas formas de fazer actas.
Temos mantido este formato, em que as intervenções dos Senhores Deputados constan
integralmente na acta, com o esforço do funcionário administrativo que está afecto a esta
Assembleia
Mas se quisermos aligeirar as actas, também aligeiramos com muita facilidade, é adopta
o modelo que eu já referi
O Deputado Municipal António Soares afirmou: Gostava de deixar presente que tenho
muitas dúvidas sobre o ponto de vista até constitucional desta tomada de posição da Mesa da
Assembleia
Se formos a votos, como foi proposto pelo Senhor Deputado do MIC, não temos dúvido
nenhuma que a bancada do PS, pode haver eventualmente pessoas que discordem da situação
eu estou convencido que há, mas não o irão manifestar perante a maioria
Constar simplesmente na acta que interviu determinado deputado e fica assim, é na ver
dade uma situação caricatadade uma situação caricata
Admito que as intervenções de alguns deputados sejam difíceis de transcrever, ago
ra não constar absolutamente nada em acta acho que é uma situação de lamentar e acima de tudo
anti-constitucional, tenho quase a certeza, não estou perante nenhum dado técnico a esse nível
mas chamava a atenção, até porque a Mesa é composta por pessoas ligadas à justiça, que era bon
que essas coisas fossem devidamente analisadas
De facto, isto é uma forma de calar um deputado. Há diversas formas de o fazer. Agora
esta é nova, é a Mesa que impõe, porque de facto tem a maioria absoluta para o fazer. Quero dis
cordar com essa situação
O Presidente da Assembleia referiu: Quero dizer ao Senhor Deputado que nós não cala
mos ninguém, quem se auto-calou foi a bancada da CDU
Queria ainda salientar o agradecimento do Governo Regional da Madeira sobre a Moção
que foi aprovada pela Assembleia e recordar que ficou ao arbítrio de cada deputado a entrega da
senha de presença respeitante à sessão anterior. Agradecia que durante esta Assembleia fizessen



chegar à Mesa a vossa vontade de participar nesta acção de solidariedade para com a Madeira
Seguidamente deu a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Em relação ainda à acta, penso que quan-
do não se quer falar para o microfone para que a intervenção fique gravada, porque é que se está
a barafustar no sentido de exigir que as declarações fiquem registadas. Façam-no por escrito
Tem havido da bancada da Partido Comunista várias reclamações. Começou por dizer
que as execuções da Câmara estavam mal. Quem não se lembra do Observatório do Sobreiro e
da Cortiça, da Central Rodoviária, do Arranjo do Rossio e até de uma casa de banho? Vários
argumentos de contestação para o exterior. Tudo isto foi caindo por terra. Como já não têm
argumento porque houve trabalho positivo da Câmara ao longo destes anos, agora transportaram
para a Assembleia a contestação. Por não ficar registado em acta as suas intervenções. Não
dizem, no entanto, que é por sua culpa
Penso que é mais uma maneira errada. Ao longo do tempo vão reconhecer que não vai
resultar
Em relação à nossa contribuição para a Madeira, por mim façam o desconto quando
entenderem por bem. Penso que tem de haver um método para que fique legal
O Deputado Municipal Fernando Serafim apresentou a Declaração que a seguir se
transcreve:
"Em nome da CDU, quero manifestar a nossa indignação e denunciar a utilização abusi-
va, pelo executivo PS, na Câmara Municipal, de meios atentatórios das mais elementares regras
da convivência democrática e de ocultação da verdade
Em Setembro de 2009, em plena campanha eleitoral, o PS anunciava através do seu Bole-
tim Municipal - "Coruche Magazine" n.º 36 de Setembro/Outubro/2009, acompanhado de uma
fotografia do terreno em causa: "Este terreno na Branca foi já adquirido pela Câmara Municipal
de Coruche para construção da Igreja e da Creche."
E, para que ninguém tivesse dúvidas o executivo PS, mandou afixar no terreno em causa,
na Branca, um placard da Câmara Municipal com a seguinte inscrição: "Terreno adquirido pela
Câmara Municipal para futura construção da nova Igreja e da Creche."
A CDU, considera importante a aquisição do terreno e, logo que a Câmara Municipal
agendou uma proposta nesse sentido, em 14 de Abril de 2010, foi a mesma viabilizada através do
voto favorável dos seus vereadores
Entende que em política não pode valer tudo e que Coruche e os Coruchenses merecem
mais respeito, não sendo justo que para lhes "caçar" o voto, o PS utilize todo o tipo de arti-
manhas
A CDU assume ainda o compromisso de continuar vigilante e a denunciar todas as situa-



ções menos sérias que visem de alguma forma "ludibriar" os Coruchenses, e contribuir desta
forma para o esclarecimento da verdade e reforço do Poder Local Democrático."
O Deputado Municipal Armando Rodrigues fez referência às seguintes situações:
Recordou que há dois meses que a Assembleia designou os respectivos elementos para
integrarem o Conselho Municipal de Segurança, contudo, até ao momento, ainda não se deu
qualquer passo para a sua instalação
Apresentou um protesto face ao incumprimento por parte da Câmara, no sentido de da
resposta ao requerimento apresentado pela CDU sobre a listagem dos consumidores de água em
dívida para com o Município de Coruche. Considerou haver uma atitude deliberada de sonega
informação
Sublinhou a existência de novas tecnologias, no entanto, os Deputados Municipais têm as
piores condições de sempre
Salientou que, relativamente à elaboração das actas, deve constar, no mínimo, uma sínte
se das intervenções proferidas
O Deputado Municipal António Soares referiu: Muitas palavras ficam por dizer, mas o
essencial está presente
Queria salientar que esta posição é simplesmente minha, não é da bancada da CDU
embora admita que os meus camaradas possam, e também convido toda a Assembleia, concorda
com este manuscrito que vou ler
Digo que é em meu nome pessoal porque não tive oportunidade de falar com nenhum
deles, nem estive em nenhuma reunião de preparação desta Assembleia, daí que vou assumir
aquilo que vou dizer
"Declaração/Sugestão - Instalações da Antonica
Depois de ouvir o Senhor Deputado Nelson Galvão e o Senhor Presidente da Câmara na
última Assembleia Municipal, fiquei com a ideia, que a Junta de Freguesia, tinha cometido um
crime ao reivindicar aquilo que lhe pertence há muitas décadas
Vamos aos factos no que respeita às instalações da Antonica
1.º - Como a Câmara tem conhecimento foi comprado pela Junta esses terrenos, já lá vão
muitas décadas, conforme documentos que podem comprovar
2.º - Foi construído o poço da Antonica e respectivas instalações, que serviram durante
muitos anos o depósito elevado do Couço
3.º - Ainda na década de 80 até princípios de 90, continuou o serviço de reforço ao abas-
tecimento de água
4.º - Após o reforço feito através de novas captações, foi então abandonado o abasteci-
mento de água através do poço da Antonica.



5.° - Servirá essas instalações, aquando da descentralização de competências para as Jun
tas de Freguesia, de suporte a arrecadação onde funcionou entre outras uma pequena carpintari
de apoio às Escolas e outros edifícios da Freguesia
6.º - Trata-se de uma construção bem delineada para a função a que se destinou, tend
mesmo o edifício uma traça arquitectónica invulgar, assim como todo o espaço devidament
vedado e com portão principal de entrada
7.º - Com a criação da Zona Industrial do Couço, sempre foi considerada a preservação
daquele espaço, porque continuou a sua actividade de apoio ao serviço da Junta de Freguesia
8.º - Com a entrada em funções do executivo do PS na Câmara Municipal, começa a se
ignorado a presença daquele edifício e espaço, chegando mesmo a ser integrado num lote par
construção industrial
9.º - Nessa altura a Junta de Freguesia do Couço fez chegar vários ofícios à Câmar
Municipal tendo esta ignorado o seu conteúdo, chegando mesmo ao desplante de dar um prazo
para que a Junta de Freguesia despejasse o local
10.° - O que agora se ouve sobre este processo é demais surrealista, como é possível en
Democracia, um órgão autárquico, dar um prazo de despejo a outro órgão autárquico, de um ber
público pertença da Freguesia
11.° - Não se venha agora com alguma demagogia dar a ideia que é uma boa oportunida
de para criação de postos de trabalho naquele local e que a Junta de Freguesia é que o impede
Haja sim a coragem de se reconhecer o erro, e manter o edifício e zona envolvente er
quem sempre pertenceu, e concerteza que haverá muitos lotes para construção de indústria o
serviços, criando postos de trabalho
12.° - Sobre o espaço e o edifício da Antonica, deixar uma sugestão:
Estando ele integrado dentro da Zona Industrial do Couço, símbolo de trabalho, d
desenvolvimento económico e do progresso social, também zona de passagem para muitos lotes
em que muitos trabalhadores do Couço, se reuniam para organizar uma vida melhor, transforma
este edifício num Núcleo Museológico da Resistência dos Trabalhadores do Couço, devidament
enquadrado na Zona Industrial do Couço, com respectivas obras de adaptação
Assim, sugiro, que através da Assembleia Municipal, faça chegar junto da Câmara Municipal
cipal e Junta de Freguesia do Couço esta sugestão, aconselhando a um entendimento, para qu
seja anulado o conflito que decorre junto dos Tribunais, a bem de toda a população."
O Deputado Municipal Artur Salgado referiu: Gostava de fazer uma sugestão à Mesa n
sentido de instalar dois ou três tripés onde se possa colocar os microfones, talvez assim se resol
va a situação
Passo a apresentar a seguinte Saudação:



"Comemorar Abril 36 anos depois
O Partido Socialista quer aqui expressar o seu regozijo pelo 36.º aniversário do 25
de Abril
Neste regozijo quer saudar todos os autarcas e cidadãos deste concelho que de uma forma
ou outra contribuíram com o seu esforço para que os ideais de Abril pudessem ter uma concreti-
zação prática para a melhoria concreta das condições de vida de todos os coruchenses
Comemorar 36 anos do 25 de Abril é reconhecer o esforço de muitos antifascistas que
antes da revolução lutaram contra a opressão, o obscurantismo, a censura e contra a guerra colo-
nial que o Salazarismo teimosamente impunha aos povos das ex-colónias numa guerra de 13
anos injusta e destruidora de milhares de vidas
Recordar 36 anos de Abril, independentemente do nosso posicionamento políti-
co-ideológico e partidário é saudar os heróis da revolução dos quais destacamos o capitão Sal-
gueiro Maia e mais uns tantos oficiais e soldados que arriscaram as suas vidas para nos restituí-
rem a Liberdade, a Solidariedade e a possibilidade de podermos, passada a Constituinte, ter uma
Constituição democrática na qual se devolve a soberania ao Povo e ver surgir o poder democráti-
co autárquico
Comemorar Abril é como tem sido ao longo destes 36 anos contribuir para o desenvolvi-
mento do nosso concelho nos mais diversos sectores
São os arruamentos, o fornecimento de água e electricidade. É o desenvolvimento de uma
sociedade mais culta e mais livre. É constatar que todas as crianças têm condições para o seu
desenvolvimento educativo e desportivo
É recordar também o esforço de muitos que nas Associações desportivas e culturais se
irmanaram e vão contribuindo para o desenvolvimento cultural das populações e da ocupação
dos tempos livres
Comemorar 36 anos de Abril é pois enaltecer o poder local democrático nas suas múlti-
plas vertentes, é também tempo de recordar e de aprofundar a participação cívica de todos os
cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito
Comemorar Abril é também aprofundar e desenvolver o sindicalismo bem como respeitar
a afirmação dos direitos das mulheres, pugnar pelo direito à diferença, apoiar e integrar as mino-
rias e os imigrantes que decidiram escolher o nosso país e o nosso concelho para viver
Festejar Abril no plano das realidades mais práticas da vida é construir estradas, arrua-
mentos e alindar praças, ringues, escolas, habitação social, piscinas, centros sociais, sedes de jun-
tas de freguesia e saneamento básico, centros de dia e contribuir para o desenvolvimento susten-
tável da nossa economia, através do esforço da Autarquia, de particulares e do Estado
Recordar e festejar Abril é dotar o concelho de infra-estruturas como sejam o Observató-



rio do Sobreiro e da Cortiça e de outras como sejam a regularização do Sorraia, através de cujas
obras recentes se evitaram as cheias nas ruas da vila
Recordar Abril é tudo isto e muito mais. É recordar a integração de Portugal na Comuni
dade Europeia e dotarmos o nosso país de melhores vias rodoviárias e de desenvolvimento
Comemorar 36 anos de Abril é acabar com a emigração a salto e passarmos a ser um país
de pleno direito e respeitado na comunidade internacional e vermos reconhecido o valor de mui-
tos e muitos portugueses a ocuparem funções de destaque nos diversos organismos internacio
nais, ganhando assim todos outra dignidade e respeito no âmbito da comunidade internacional
Finalmente, comemorar Abril é também de alguma forma comemorar o centenário da
República e reconhecer que nem todos os sonhos e aspirações foram concretizados
No entanto, convém termos presente donde partimos há mais de três décadas - de um país
tristonho, subdesenvolvido, onde o alfabetismo, a educação e a saúde era um privilégio de pou-
cos. Também temos de reconhecer que somos um país pobre onde cerda de 60% da população
vive do Estado
Nem tudo o que fizemos foi perfeito. Temos consciência de que ainda há injustiças
sociais que urge colmatar se formos capazes de todos contribuirmos com o nosso esforço e a
nossa solidariedade colectiva e assim irmos construindo um concelho e um país mais democráti-
co conforme os sonhos e os objectivos de Abril
Vivam os coruchenses e Viva o 25 de Abril e o Portugal Democrático."
A Deputada Municipal Mara Coelho apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS, a
Moção que a seguir se transcreve:
"O sector florestal português é correntemente apontado como uma riqueza estratégica
cuja necessidade de preservação e de desenvolvimento acolhe unanimidade nacional
Do ponto de vista ambiental, é decisiva a contribuição do sector florestal para a conserva-
ção da natureza e para o equilíbrio do ambiente, designadamente em matéria de promoção da
biodiversidade, de defesa contra a erosão, de correcção dos regimes hídricos e da qualidade do as
e da água. Neste âmbito, o aproveitamento de biomassa florestal para a produção de energia afi
gura-se como uma actividade promissora para promover a redução do material de combustível
principalmente no contexto dos custos actuais do petróleo. Para além da componente ambiental
o sector florestal assume também uma importância significativa numa perspectiva económica e
social, gerando no seu conjunto aproximadamente 3% do Valor Acrescentado Bruto da economia
e representando cerca de 10% das exportações nacionais
A floresta portuguesa tem características de um sector competitivo tanto no mercado
interno como externo e uma flexibilidade que lhe tem permitido ajustar-se a choques externos. A
floresta é ainda um suporte importante para a criação de emprego e apresenta uma diversificação



de actividades, algumas das quais assumem uma importância significativa em regiões economi-
camente desfavorecidas
A floresta tem sido hoje a base de um sector da economia que gera cerca de 113 mil
empregos directos ou seja 2% da população activa
Neste contexto nacional a fileira da cortiça representa uma importante fracção no comér-
cio externo nacional, com cerca de um terço do total das exportações. Portugal é líder mundial na
produção de cortiça e na indústria de produtos derivados da cortiça, sendo a rolha de cortiça
natural o principal produto exportado, que representa mais de metade do valor da exportação
total de cortiça, seguida da rolha de cortiça aglomerada com 24%, enquanto os aglomerados de
revestimento e de isolamento representam cerca de 17%
A realidade dos nossos tempos mostra que este sector tem de ser cada vez mais competi-
tivo, sobretudo ao nível do conhecimento e do reconhecimento. A competitividade da nossa eco-
nomia tem de passar pelos sectores mais bem posicionados para alcançar os ganhos. Nas pala-
vras do ministro da economia "o governo identificou, no seu programa, um conjunto de sectores
estratégicos com vista ao reforço da competitividade empresarial - o turismo, as energias reno-
váveis e a fileira floresta - madeira - móvel e assumiu ainda o compromisso de concretizar a polí-
tica de apoio e estimulo aos pólos de competitividade e clusters em sectores com forte capacida-
de exportadora". Neste sentido, é de relembrar a força exportadora da cortiça, como pólo de
competitividade nacional. É também sabido que, para que este nível aumente é necessário o país
possuir um conhecimento real, e reconhecido internacionalmente, sobre o sobreiro, a produção
de cortiça, a cortiça como material, a sua transformação e o desenvolvimento de produtos. É
necessário apostar na inovação, na investigação e no desenvolvimento técnico. Ao mesmo tempo
é necessário equacionar outros factores como a consciência ambiental, da biodiversidade e de
sustentabilidade ecológica associados à produção e transformação de cortiça e ao crescimento da
produção e comercialização internacional de vinhos em mercados novos
Numa altura em que a crise internacional assombra o mundo e em que a fúria especulati-
va faz manchetes de jornais, o Município de Coruche, na senda do desenvolvimento, do progres-
so e da inovação, continua a apostar no desenvolvimento sustentável, promovendo e incentivan-
do aquilo que o nosso concelho tem de melhor. Nesse sentido, a aposta do Município de Coruche
na dinamização da fileira da cortiça, da floresta e da charneca, a aposta na ciência com o Obser-
vatório do Sobreiro e da Cortiça, aliando o investimento à preservação do ambiente e dinamiza-
ção do turismo, são factores que colocam o nosso concelho como exemplo no combate à crise
com propostas concretas de investimento e de ciência
Por isto, apresentou-se hoje oficialmente a segunda edição da FICOR - Feira Internacio-
nal da Cortiça, um evento único e aglutinador da fileira da cortiça, com carácter internacional e



inovador no domínio do montado e da cortiça e que visa ser marcante para o concelho de Coru-
che do ponto de vista social, económico e cultural. Permitindo aliar às jornadas técnicas e cienti-
ficas, a gastronomia, o desporto e o montado enquanto pólo atractivo de turismo
Sendo naturalmente decisivo o Observatório do Sobreiro e da Cortiça, obra emblemática
do concelho de Coruche, que pretende incentivar e defender a cultura do sobreiro, apoiar projec-
tos de investigação destinados a aprofundar o conhecimento dos problemas bem como as virtua-
lidades do sobreiro e ao desenvolvimento e melhoramento das utilizações industriais da cortiça
defender as manchas florestais suberícolas. Sendo a FICOR também uma feira científica e de
conhecimento do sector, o Observatório constituirá um pólo de ciência para apoio aos estudos
sobre o sobreiro e a cortiça
O concelho de Coruche possui cerca de 50.900 hectares de montado de sobro e a produ-
ção média anual de cortiça é aproximadamente 8.400 toneladas. Na área da transformação exis-
tem no concelho três grandes indústrias que no conjunto produzem cerca de 3 milhões de rolhas
por dia, sabendo que estas indústrias são um motor importantíssimo para a criação de emprego
no concelho
Na mesma medida, a FICOR será um palco de modernidade, e com a abertura de criar
novos mercados, como é a aposta da cortiça como matéria de design e de moda
Para combater a crise é necessário um plano de futuro, um plano de investimento e de
desenvolvimento, um plano de competitividade, é exactamente isso que se propõe em eventos
como a FICOR
A Assembleia Municipal de Coruche, reunida a 30 de Abril de 2010, em sessão ordinária
delibera aprovar a presente Moção saudando a aposta neste sector e o incentivo à dinamização do
mesmo como instrumento crucial da economia coruchense e um vector importantíssimo da eco-
nomia nacional
Remeta-se a presente Moção:
Sr. Presidente da República
Sr. Primeiro-Ministro
Sr. Ministro da Agricultura
Sr. Secretário de Estado das Florestas
Sr. Ministro da Economia
Sra. Ministra da Cultura
Governo Civil de Santarém
Comunicação Social Local
Comunicação Social Regional."
O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou, em nome do Grupo Municipal da CDU



uma Saudação ao 25 de Abril que a seguir se transcreve:
"O fascismo era negro,
Era negro de verdade
O povo tinha miséria
e não tinha liberdade
O povo lutava contra um terror forte,
Logo tínhamos a PIDE a torturar até à morte
O povo sofria,
Sofria de verdade,
Para poder alcançar a Paz, o pão e a Liberdade
O 25 de Abril
chegou de madrugada,
Trouxe alegria ao povo
ao toque de alvorada
Os capitães de Abril,
Bom trabalho fizeram
Cravo rubro na espingarda,
Liberdade nos trouxeram
O 25 de Abril
Deu à luz uma donzela,
Há quem a queira matar,
Mas há quem morra por ela.
Poema simples de Maria Galveias, operária agrícola da Freguesia do Couço, que em 4
segundos reflecte a necessidade da concretização da Revolução de Abril e a liberdade devolvid
ao povo português
Antes da madrugada de 25 de Abril de 74, antes dos militares portugueses marcharen
rumo a Lisboa onde encontraram o apoio do povo português que sem receios ou hesitações sai
para a rua de forma a apoiar e fazer vingar a revolução
Portugal enfrentou durante 48 anos uma das mais cruéis ditaduras que há memória
Ditadura Fascista que embora se tentasse afirmar neutra, apoiou os mais cruéis regimes
O regime nazi de Hitler, o regime franquista e o regime fascista de Mussolini
A ditadura em que Portugal esteve mergulhado, durante quase meio século, condenava
povo português à ignorância, à fome e à miséria impostas pelas necessidades do capitalismo do
monopólios e do latifúndio
O povo português viveu ainda amedrontado pelo terror da guerra, onde milhares d



jovens perderam a sua vida não pelas suas ambições próprias mas por serem empurrados para
uma guerra que não era sua, mas que correspondia à sede imperialista e colonialista do regime
A falta de liberdade de expressão, a extinção dos partidos políticos, a proibição dos sindi-
catos livres, a proibição do direito à greve, as prisões políticas, as torturas e os crimes cometidos
pela PIDE eram correntes
Infelizmente o concelho de Coruche não foi excepção
Muitos foram os coruchenses, homens e mulheres que sofreram a repressão e os horrores
do estado novo na pele. Coruchenses que corajosamente disseram não ao fascismo e que lutaram
para o combater, mesmo que isso significasse perderem a vida
Estes foram os heróis que contra a "besta fascista" resistiram e lutaram de forma a criar
as condições para que se desse a Revolução de Abril
Foi a Revolução de Abril, que trouxe a estes heróis coruchenses e a todos nós, a Liberda-
de, o Pão, a Paz, a Educação
O 25 de Abril foi de facto a Revolução que trouxe ao povo Português uma esperança num
Portugal melhor, mais justo, solidário e fraterno
É então justa e já tarda sob pena de caírem no esquecimento e na desvalorização colecti-
va, uma homenagem aos antifascistas coruchenses
É verdade que o 25 de Abril é de todos, mas também é verdade que tal como hoje se
resiste às injustiças das políticas de direita do governo, foram apenas alguns que tiveram a cora-
gem para resistir ao fascismo e esse facto não pode cair no esquecimento
Passados 36 anos da Revolução de Abril, Portugal é hoje um país mais desigual e mais
longe dos ideais de Abril
A responsabilidade é sem dúvida dos diversos governos PS, PSD que com o apoio do
CDS começaram por meter as justas ambições do povo português na gaveta
Para que os ideais de Abril não caiam no esquecimento e numa altura em que se avista
mais uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores portugueses e à soberania nacional atra-
vés do PEC é extremamente necessário que as forças democráticas e patrióticas lutem para que
se façam cumprir na totalidade a nossa Constituição da República e desta forma se cumpra Abril.
O próximo dia 1.º de Maio é um dia essencial para essa luta
1.º de Maio, dia internacional do trabalhador que este ano comemora os seus 120 anos e
que faz todo o sentido recordar e comemorar, pois os motivos da sua comemoração estão nova-
mente actuais, numa altura em que aumenta a exploração dos trabalhadores portugueses
exploração essa infelizmente fomentada pelo governo PS que em prole da crise reprime e fustiga
os trabalhadores portugueses
Abril abriu portas a Portugal e ao povo português, as portas do sonho e da liberdade



O Grupo Municipal da CDU saúda todos os resistentes antifascistas coruchenses que luta-
ram para que fosse possível Abril, saúda todos os Democratas e patriotas que lutam por um futu-
ro melhor de acordo com os ideais de liberdade e fraternidade que a Revolução nos mostrou,
saúda os 120 anos do 1.º de Maio e saúda a Revolução de Abril
Viva o 1.º de Maio e os trabalhadores portugueses!
Viva o 25 de Abril!"
A Deputada Municipal Liliana Sousa proferiu a seguinte intervenção:
O Grupo Municipal da CDU reafirma e reitera que as condições de trabalho na Assem-
bleia Municipal, no Auditório José Labaredas, são desadequadas o que, se provou no concreto e
na experiência das últimas sessões. Existem razões de ordem ergonómica, de captação de som e
de condições materiais que não permitem a manipulação dos documentos
Não é possível usar como "argumento" para justificação do local, o nivelamento por bai-
xo usando situações de outras Assembleias Municipais. Da mesma forma a comodidade não se
divorcia da qualidade. Depende das condições de trabalho a proficuidade do trabalho desen-
volvido
Prova de que este não é o melhor espaço para receber os munícipes é a sugestão aventada
pela mesa da Assembleia de que a próxima sessão extraordinária acerca do PDM deva ser no
Observatório do Sobreiro e da Cortiça
A CDU vem assim solicitar a intervenção do Sr. Presidente da Mesa no sentido de regula-
rização da situação
O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: Pedi a palavra para fazer uma sugestão,
se me é permitido, ao Senhor Presidente da Assembleia
Registo com agrado o envio em suporte digital da documentação, de alguma forma, mais
pesada. Consegue-se, assim, economizar bastante papel
Sabemos que muitas das vezes não há tempo para ver com o agrado que gostaríamos toda
essa documentação e vamos principalmente às partes principais
Sou apologista de que muitos dos documentos poderão passar a ser enviados por suporte
digital, seja através de CD, seja através do envio por correio electrónico
Propunha ainda uma outra solução: Uma vez que estamos nesta sala, podemos usufruir do
equipamento de que ela dispõe, nomeadamente do vídeo projector. Creio que há determinados
assuntos que podem, eventualmente, ser projectados quando há intervenções por parte do Senhor
Presidente da Câmara por forma a esclarecer os Deputados Municipais. Se calhar a Assembleia
ganharia se conseguisse ter uma perspectiva através da projecção desses documentos e, quem
sabe, até pode ser uma forma de criar outro dinamismo e outra apetência por parte do público
Eram estas duas notas que queria deixar: registar o agrado do envio da documentação em



suporte digital e fazer o apelo ao uso dos equipamentos informáticos existentes e à possibilidade
de, futuramente, podermos assistir a algumas projecções dos assuntos mais relevantes
O Presidente da Assembleia salientou: É uma situação em que a Mesa aposta e vamos
certamente desenvolver e melhorar essa questão
O Deputado Municipal Luís Alberto referiu: Vou um pouco contra aquilo que afirmei de
início, uma vez que da parte da bancada do PS houve uma proposta para que a situação se resol
va. Esperamos que seja mesmo para ir por diante, que ao longo da sala haja mais microfones dis
poníveis para que possamos estar mais libertos para manusear a documentação. Daí eu recua
nesta situação e falar para o microfone
O que me trazia aqui é mais uma informação, inclusive consta da correspondência rece
bida pela Assembleia. O Senhor Deputado António Filipe fez uma visita recentemente à fregue
sia do Couço, onde um dos assuntos que o levou lá foi a questão da segurança. Também for
mulou uma pergunta ao governo, mas ainda não obteve resposta, relacionada com a questão da
insegurança no concelho de Coruche
Durante a visita, que eu também acompanhei, fizemos uma passagem pelo posto da GNF
do Couço e verificámos que é deprimente a situação em que vivem as pessoas que lá trabalham
É uma situação tal que têm de ter a porta fechada porque têm medo de a ter aberta, pois têm ben
que têm de ser seguros e outras responsabilidades
Dizer também que os comerciantes do Couço dirigiram-se à Junta de Freguesia e pediran
uma reunião, na qual foi aprovada mais uma moção exigindo melhores condições de segurança
a qual foi dirigida a diversos órgãos. Estamos a receber as mesmas respostas de sempre, de que o
posto do Couço não é para fechar. Mas a situação é concerteza para manter, até hoje não houve
qualquer reforço de pessoal
A moção que apresentei na última sessão da Assembleia foi mal interpretada por alguna
deputados. Votaram contra porque entenderam que era uma moção só para a freguesia do Couço
Não era isso, era para todo o concelho
Os comerciantes no Couço estão muito preocupados, daí que entenderam aprovar uma
moção, ficando um alerta para que possam ter outras formas mais duras de luta para que a situa
ção se venha a resolver num futuro breve
O Deputado Municipal Abel Santos proferiu a seguinte intervenção:
Ao ouvir a saudação ao 25 de Abril, pelo Deputado Salgado, quando afirma que "Abril o
fazer estradas e regularizar as margens do rio, construir acessos", lembrei-me logo das 7 ponte
que o injustiçado Major Luís Alberto de Oliveira conseguiu para Coruche, e que pela primeira
vez ligaram as margens do Sorraia até ao Monte da Barca, e que são as únicas que ainda temos
Quanto ao Senhor Deputado Aldeano do PCP, ao ouvi-lo fazer a sua descritiva alocução



só me veio à mente, Cuba, Coreia do Norte e a União Soviética, onde o fascismo vermelho pro-
duziu os campos de morte, Gulags, e milhares de extermínios, como o de Kattin, só agora ofi-
cialmente revelado pela Rússia, onde milhares de polacos foram fuzilados
Não posso votar favoravelmente uma moção que apoia um golpe de Estado, que por
incompetência e leviandade acabou numa revolução, onde quem fez o golpe não ficou com o
poder e o poder caiu na rua, dando azo a todo o tipo de anormalidades, que só não se tornou
numa ditadura comunista devido ao contra golpe do 25 de Novembro
E depois quem ficou com o poder não defendeu os interesses nacionais, foram assumidas
as razões dos nossos inimigos, dos inimigos de Portugal, daqueles que mataram os nossos solda-
dos e as nossas populações
A questão é: Era preciso uma Revolução? O país crescia mais de 6 pontos percentuais por
ano, a guerra do Ultramar estava ganha, havia emprego e estabilidade, Portugal era reconhecido
internacionalmente, tudo estava calmo! Agora sim, temos tudo para que exista uma revolução
com o povo na rua, a contestação, a falência do país no horizonte enfim, a resposta
está dada
Mas esse golpe corporativo dos oficiais do quadro permanente, consubstanciado depois
no MFA e na fraca democracia ou ditadura dos partidos, não evitou a destruição do País e colo-
cou Portugal no caminho da falência, como se podem ver nestes 2 gráficos, apresentados recen-
temente na SIC por José Gomes Ferreira
Como se pode constatar, a 1.ª República e o pós 25 de Abril são descritos com aumentos
brutais da dívida pública (deficit) e diminuição extrema do saldo orçamental, enquanto durante a
2.ª República ou Estado Novo, existiram superavits que diminuíram a dívida a níveis nunca antes
alcançados e os saldos orçamentais eram positivos
E sem dinheiro da UE, todas as obras eram feitas com dinheiros nossos. As mais de duas
mil escolas que Sócrates fechou e as dezenas de maternidades, já para não falar na Ponte Salaza
e outras grandes obras feitas nessa época, são apenas alguns, poucos exemplos do que foi
realizado
Até a respeitabilidade internacional que tínhamos, fruto da honestidade e da verdade, é
hoje uma miragem. Veja-se o exemplo, ainda há dias foi publicado na imprensa, quando em
1962 a Embaixada de Portugal em Washington recebeu pela mala diplomática um cheque de 3
milhões de dólares (em termos actuais algo parecido com 50 milhões de euros) com instruções
para o encaminhar ao State Department para pagamento da primeira tranche do empréstimo feito
pelos EUA a Portugal, ao abrigo do Plano Marshall
Fomos o único país do mundo a pagar o empréstimo causando embaraço mundial, dado
que mais nenhum país o fez. Que diferença para os dias de hoje!



que a seguir se transcreve:
O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira apresentou a Declaração sobre o 25 de Abri
um 4.º que é a Desavergonhice.
Portanto, de facto o que sobra são os 3 D's, é Dívida, Deficit e Desemprego, e acrescente
ainda mais
subdesenvolvimento, mas enganem-se aqueles que acham que a situação não vai piora
Espanha para serem tratados! Que vergonha, crimes de lesa pátria! Somos hoje um país en
reios, as maternidades, os centros de saúde, com os Portugueses fronteiriços a terem de ir
O Desenvolvimento - Onde está? O interior do pais deserto, as escolas fechadas, os con
olhos de todos!
ratchiks. O Povo para nada conta, somente para ser manipulado e usado! Esta é a realidade ao
A Democracia, simplesmente não existe! Vivemos numa ditadura dos partidos, dos appa
donados à mercê dos caprichos das potências estrangeiras
das nossas províncias de além-mar, queriam continuar a ser portugueses, não queriam ser aban
venham a lume. A verdade chega, tarde mas chega mas ficamos a saber que afinal os Povo
com maioria nesta sala e nunca sendo tarde para admitir erros é pena que só agora estas verdade
A verdade chega aos poucos com os remorsos que atormentam o fundador do Partido
um erro enorme!
povo não queria e ele também não, mas que nada pôde fazer. Hoje também ele percebe que fo
dias numa conferência que, por exemplo, Cabo Verde não devia ter sido independente, que
milhões de Portugueses de Timor, Angola, Moçambique e Guiné. Até Mário Soares, disse h
A Descolonização "exemplar" tão propalada, foi a maior das vergonhas, tendo vitimado
vimento
blica), que nos quiseram trazer os famosos 3 D's - Descolonização, Democracia e Desenvol
doso de uns quantos oficiais do quadro permanente, por questões corporativas e salariais, apoia dos por desertores no exterior (imagine-se que um deles pretende hoje, ser Presidente da Repú
Foi isto que Abril nos trouxe! Nada mais do que isto! Um golpe de Estado, um acto duvi
bilidade invadiram a Nação!
Portugal está a bater no fundo! A pouca vergonha e a corrupção, os favores, e a descredi
nada se faz!
partidos, com vencimentos chorudos, obscenos, com as implicações publicas que se sabem
servem, a receber ordenados inconcebíveis, com lugares de nomeação dados aos membros do
tam por exemplo, mais de 2 mil administradores só em empresas municipais que para nad
endividados, com assessores e lugares de nomeação política, que no plano autárquico represen
Hoje em dia, fazem-se obras com dinheiros que não são nossos e estamos mais do que



"Devo dizer que aquilo que espero desta Assembleia Municipal, é que façamos sempre
por construir um Concelho melhor para os nossos concidadãos, no entanto ouvi atentamente, ser
feita aqui a defesa de uma suposta comemoração, que nada tem que ver com a resolução de pro-
blemas da nossa Terra e que é para a grande maioria do Povo Português, sinónimo de alheamen-
to, desilusão e mentira
Podia perguntar o que continuam a comemorar os Senhores? Mas não o perguntarei, até
porque cresci à sombra de muita da propaganda mistificada, que aqui ouvi hoje, que visa por um
lado colmatar a necessidade de recordar os melhores tempos de uma vida que já não volta,
expurgar os sentimentos de remorso e por outro lado, legitimar um poder a todo o custo, mesmo
que esse custo seja a perda da comunidade que dizem servir
Mas tudo isso se vai esboroar, pois o que é falso não é sentido e quem mente, jamais con-
quista o coração de quem o ouve
Para além do retrocesso social e económico provocado pelo Golpe dos Espinhos e pela
posterior desordem que tomou o País, não podemos esquecer que esta data marca o abandono,
por Portugal, de milhões de pessoas, que foram simplesmente entregues à morte, pessoas essas
que acreditavam e lutavam por uma ideia, que teve eco durante 500 anos da nossa história
Mortes, prisões políticas, censura, corrupção, tortura, ausência de liberdade, tudo isto
Abril nos trouxe, não é possível portanto, comemorar uma data responsável por tamanha injusti-
ça e derramamento de sangue.
Não foi uma revolta do Povo, como aprendemos nos bancos da escola, surgiu sim de
motivos pessoais de alguns, que se serviram do socialismo de sofá, para legitimarem uma estória,
cheia de ingredientes demasiado repetidos e demasiadamente mal contados
Hoje vivemos numa sociedade profundamente materialista, que nega o espírito, a vida
humana como valor supremo, para ser praticamente amoral. A sua tendência para a exploração
das massas sem benefício palpável para o Povo, para o igualitarismo por baixo, levou-nos ao
ódio das coisas Portuguesas e a tudo o que é superior pela inteligência, pela virtude e pela beleza.
Tempos houve em que foram criadas as condições para se ter esperança numa vida
melhor e hoje essa esperança já não existe. Somos o País mais pobre da Europa Ocidental e
estamos irremediavelmente à margem da História, num obscuro canto da Europa
É difícil comparar algo tão complexo como a qualidade de vida, mas podemos comparar
a evolução portuguesa com as economias mais desenvolvidas da Europa, e o facto é que Portugal
foi o país da Europa com maior crescimento do PIB per capita até 1974, quintuplicando o valor
inicial de 1926, cerca de 400%
Hoje, e como nunca antes, assistimos ao abandono do País, pelos Portugueses em busca
de melhores condições de vida, estando em curso uma substituição demográfica, que só nos leva



a um caminho, a perda da nossa ancestral identidade
O nosso país abriu falência, e é hoje uma colónia de Bruxelas, que nos vai dando esmolas
para conseguirmos sobreviver, pois os tais capitães de Abril, reduziram Portugal a uma «pobreza
franciscana», onde só houve liberdade para se hipotecar as futuras gerações e nos entregarmos à
agenda de sociedades secretas como a Maçonaria
A entrada de Portugal na Europa, que data do século XIX e não da entrada aos trambo-
lhões na CEE, nunca beneficiou a generalidade do Povo Português. Beneficiou, sim, os interes-
sados no carreirismo político e aqueles que estavam cansados do controlo que fora em tempos
exercido sobre os negócios e fortunas e que se viram assim sem contas a prestar, aos
Portugueses
Hoje, temos o nosso interior votado ao abandono, as nossas aldeias a desaparecer, os nos-
sos campos sem cultivos, a Europa paga-nos para não produzirmos, bastando os camiões para-
rem três semanas para os Portugueses saberem o que é não terem comida para colocar na mesa, é
impensável como nos deixamos chegar conscientemente a esta situação
Se Portugal tivesse sido governado por um Estadista nos últimos quinze anos, há muito
que ele teria sido deposto. Tinham-se-lhe exigido responsabilidades pela estagnação económica,
o desemprego galopante, o estado das contas públicas. Porém, como o país foi governado pela
maioria, pedem-se responsabilidade a quem? Ninguém. É impossível, uma maioria não é uma
pessoa, é uma entidade impessoal, logo ninguém é responsável por nada
Tempos houve em que o Estado prestava contas, era sério, sem nunca recorrer à partida-
rização do serviço público
Hoje o dinheiro, as possibilidades de ascensão e o apossamento de lugares a todos pre-
meia, desde que embarquem na imoralidade do carreirismo político e na venda de conviçções a
troco de benesses, fechando-se uma porta para uma realização profissional discreta e honesta,
para uma vida de dedicação sincera a valores e a pessoas, mas onde se abre uma janela, para o
exibicionismo, para o servilismo de mão estendida
O legado do 25 de Abril não gerou portugueses mais inteligentes, nem mais cultos, nem
criou o capital necessário para fazer hospitais e maternidades. Antes pelo contrário, Criou a ilu-
são, de que o desenvolvimento não requer nem esforço, nem trabalho, nem estudo, nem poupan-
ça, criou a ilusão de que o desenvolvimento é um direito que os governos atribuem por decreto
Depois do fracasso do socialismo, o capitalismo e a lei de mercado não são a única via
possível, devemos caminhar para uma sociedade em que vivamos em harmonia com a natureza,
abolindo a submissão à economia, evitando as seitas políticas, fazendo a defesa do nosso interior,
das nossas famílias, dos trabalhadores, contra a desumana capacidade do capitalismo e con-
tra a usura



Nada garante que o curso da governação seja corrigido e reorientado para o bem comum,
quem dirige a nossa política externa, não sabe tirar partido das vantagens que a nossa situação
geográfica nos garante. Devemos retomar uma política, que vire Portugal para o Atlântico
Só podemos ser absolutamente livres de servidões e de interesses e só temos um partido,
Portugal."
O Presidente da Assembleia afirmou: Quero-vos dizer que estou na Mesa e certamente
todos saberão que eu também não concordo com o que aqui foi dito e também não gosto de ouvir
o que foi dito, mas temos de respeitar estas intervenções como eles têm de respeitar as nossas
intervenções. Temos de ser democratas
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Confesso que tenho alguma dificuldade
em começar esta intervenção. Sinto algumas coisas que não vou dizer, guardo para mim
Em relação às condições da sala e não entrando aqui em discussão, realmente tenho uma
enorme dificuldade de escrever à canhota. Deixo esta nota: Não é por ser do PSD que tenho de
ter a capacidade de ser ambidestro
Passando à razão pela qual pedi a palavra, queria fazer uma saudação ao 25 de Abril e ao
seu 36.º aniversário e gostaria de transformar essa saudação numa moção, porque acho que
depois do que ouvi, sinto-me na obrigação de pedir que seja votada a minha intervenção
Apresentou, em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, a Moção "25
de Abril - 36.º Aniversário" que a seguir se transcreve:
"Na casa da Democracia, gostaríamos de saudar o 25 de Abril e invocar a Liberdade que
nos proporcionou e que aqui está reflectida
Não podemos esquecer Abril e o significado reforçado que tem na conjuntura social
actual
Reforçamos a ideia que o 25 de Abril é de todos, não é propriedade de um ou vários
Saudar Abril é saudar a Liberdade, Liberdade essa que muitas vezes é posta em causa e
que temos veementemente de defender
Comemorar Abril, é não deixar esquecer um momento marcante da nossa História, que
nos possibilita a todos estar aqui hoje a discutir perspectivas diferentes para o desenvolvimento
do Concelho de Coruche."
O Presidente da Assembleia salientou: Antes de passar à votação das duas Moções, e face
aos ânimos que se elevaram aqui na sala, vou dar a palavra aos líderes de bancada de cada um
dos partidos
O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Aqueles que vibraram na noite de 25 de
Abril de 1974 obviamente que não estão de acordo com as intervenções dos Senhores Deputados
do MIC. Também não concordo com elas porque sou um dos que vibrei nessa madrugada do 25



de Abril de 1974. Era um jovem de 24 anos, mas ao ligar a rádio nessa madrugada e ao per	rceber
que havia qualquer coisa de diferente em Portugal, não pude conter a minha emoção e j	já não
dormi o resto da noite	
Mas nós, democratas, temos de defender a democracia, usá-la e praticá-la. Por	rtanto,
temos o dever de ouvir os outros, concordemos ou não com eles, e penso que é esta a posiç	ção de
qualquer democrata	
Alguns dizem-se democratas e não são, obviamente terão mais dificuldade em n	nanter
esta postura, mas a democracia é exactamente isso, podemos escolher aquilo que quer	emos,
aquilo que é melhor para nós e para a sociedade e podemos, ao mesmo tempo, não concord	dar ou
concordar com o outro. Temos que o respeitar desde que ele use a sua liberdade, use a den	nocra-
cia que foi posta à disposição de todos na madrugada de 25 de Abril de 1974	
A minha opinião é esta e penso que a bancada do PS não está muito longe desta op	inião,
embora cada um possa defender o seu ponto de vista	
Fomos voluntários para concorrer às eleições para estar nesta Assembleia, temo	
saber ouvir, saber comentar e saber escolher	
O Deputado Municipal Rui Aldeano usou da palavra	
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Só quero que fique em acta as atitudes	
democráticas e absolutamente pouco dignas de alguns senhores	
É isto a democracia destes senhores? Até julgava que o PCP tinha a maioria nesta	a sala.
Ainda bem que não tem porque o povo não lhe deu esses votos, senão cortava-me a pa	
Estou aqui eleito democraticamente por mais de 10% das pessoas que votaram neste conce	lho. A
minha opinião é tão lícita como a de qualquer Deputado aqui presente	
Não falei aqui uma única vez em regime fascista nem em regime nazi. Quem fala	disso
revela ser profundamente ignorante e mal formado. Quem faz ligações a esse tipo de regis	me ou
situações, devia olhar para dentro de casa, porque fascismo é o comunismo, fascismo ver	melho
que matou mais de cento e quarenta milhões de pessoas no mundo. Esses senhores que estã	o aqui
a dizer coisas sem saber não dirijam palavras e olhem para vocês próprios	
Respeito inteiramente a opinião de qualquer pessoa desta sala e oiço todos os depu	ıtados
da mesma maneira. Os senhores gostem ou não, têm de ouvir	
O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: A este propósito o que eu gosta	ria de
dizer é que todos nós que estamos aqui na sala fomos eleitos com o voto da populaç	ão do
concelho	
Em democracia temos de saber viver com o que gostamos de ouvir e com o que não	o gos-
tamos de ouvir. Independentemente da minha opinião sobre o que foi dito, tinha o direito	de me
manter dentro da sala ou de sair da sala. Acho é que não se deve cortar a palavra a nenhum	depu-



tado que foi eleito para esta Assembleia	
Quero saudar o Senhor Presidente da Assembleia e a Mesa pela forma fria como con	duzi-
ram esta situação	
É um sentimento próprio, não estou a representar ninguém sobre o que vou dizer: F	'enso
que vivermos em democracia não nos permite dizer tudo e que há também em democracia c	oisas
que não se devem dizer	
Estive na Assembleia Municipal dois mandatos, sinto ainda essa ligação à Assem	bleia
Municipal. Acho que é a casa da democracia no concelho, é onde se devem debater os probl	emas
do concelho de Coruche, é onde devemos debater o futuro do concelho de Coruche, mas há	coi-
sas que na nossa casa não dizemos e, portanto, aqui também não devem ser ditas	
O Presidente da Assembleia referiu: Em relação à Moção sobre a FICOR e ao apoio	que
se tem prestado à fileira da cortiça, subscrevo-a inteiramente. De facto, este município atrav	és do
seu Presidente e da sua Vereação fez essa aposta em boa hora porque é um sector na qual se	omos
lideres a nível nacional e até, em muitos aspectos, a nível mundial e que estava completan	nente
esquecido	
Deixo aqui ao Senhor Presidente Dionísio o muito obrigado que os coruchenses lhe t	êm a
dizer pela grande aposta na fileira da cortiça. Certamente será uma das alavancas para que o	con-
celho possa crescer e desenvolver-se. Bem-haja Senhor Presidente e obrigado em nome de	odos
os coruchenses pela aposta que fez na fileira da cortiça e em tudo o que está à sua volta	
Seguidamente colocou à votação a Moção apresentada pela Deputada Municipal	Mara
Coelho	
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e um votos a favor (dezoito do PS,	dois
do MIC e um do PSD) e oito abstenções da CDU, aprovar a presente Moção	
O Deputado Municipal Fernando Serafim apresentou uma declaração de voto, justif	ican-
do a sua abstenção pelo facto do Senhor Presidente da Câmara não ter tido o mesmo empenl	no na
defesa da manutenção da Zona Agrária em Coruche, aquando do processo do seu encerram	ento,
como teve em relação à fileira da cortiça	
O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção "25 de Abril - 36.º Anivers	ário"
apresentada pelo Deputado Municipal Francisco Gaspar	
A Assembleia deliberou por maioria, com dezanove votos a favor (dezoito votos do	PS e
um do PSD), três votos contra (dois do MIC e um da CDU - Deputado Municipal Arm	ando
Rodrigues) e sete abstenções da CDU, aprovar a presente Moção	
O Deputado Municipal Armando Rodrigues apresentou uma declaração de voto, ju	stifi-
cando o seu voto com a expressão utilizada na moção "o 25 de Abril é de todos" e, infelizm	ente,
como se viu nesta Assembleia não é bem assim	



O Deputado Municipal Filipe Justino apresentou a seguinte declaração de voto:
Votei a favor da Moção precisamente pelo contrário do que disse o Deputado Municipal
Armando Rodrigues
Acho que a Moção apresentada pelo Deputado Municipal Francisco Gaspar é sensata e
como tal mereceu o meu apoio
Queria dizer também que assistimos na história a muitos branqueamentos
E o branqueamento do fascismo que foi aqui tentado esta noite, também já o povo judeu
passou por isso quando alguns quiseram branquear o holocausto
Tudo isto fez com que votasse favoravelmente a Moção do 25 de Abril
A Deputada Municipal Luisa Portugal apresentou a seguinte declaração de voto:
Concordo com esta última intervenção que foi feita em nome pessoal, mas que eu assumo
também como membro do Partido Socialista
Acho que muito do que se passou aqui só foi possível porque houve de facto o 25 de
Abril. Só por isso é que nós estamos num órgão autárquico democrático, em que as pessoas
podem dizer até as coisas mais incríveis e mais extraordinárias, para não utilizar outro adjectivo.
Para mim o 25 de Abril é de todos, mesmo destes e principalmente destes, porque se não
estivessem numa Assembleia Municipal democrática não poderiam dizer isto em mais nenhum
lado sem sofrer penalizações.
O Deputado Municipal Mário Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto:
Concordo plenamente com a Moção apresentada pelo Deputado Municipal Francisco
Gaspar
Pessoalmente tenho muitas dúvidas que esses 10% que votaram no MIC tenham o mesmo
sentimento acerca de Abril
Repensem a vossa situação ou não irão muito longe
Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e cinco minutos
Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e vinte e cinco minutos
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
PONTO UM - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DE ENTRE OS PRESIDENTES
DE JUNTA DE FREGUESIA NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 3.º-D DO
DECRETO-LEI N.º 17/2009 - COMISSÃO INTERMUNICIPAL DE DEFESA DA FLO-
RESTA CONTRA INCÊNDIOS:- Foi presente o ofício n.º 3704, de 16 de Abril de 2010, da
Câmara Municipal de Coruche, solicitando a designação de um Presidente de Junta de Freguesia
para integrar a Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nos termos da
alínea b) do Artigo 3.º-D do Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro
De seguida, procedeu-se à respectiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e



nove Deputados Municipais
Foram obtidos os seguintes resultados:
Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato)
- 18 votos
Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda) -
2 votos
Mário Isidro das Neves Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia da Erra) - 2 votos
7 votos em branco
Foi eleito Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do
Mato) para integrar a Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PONTO DOIS - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICI-
PAL NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL:- Foi presente o ofício
n.º 2563, de 11 de Março de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta em
conformidade com o disposto na Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro, que foi aprovada por
maioria, em sua Reunião Ordinária de 3 de Março de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da
presente acta
O Presidente da Assembleia deu conhecimento que a Assembleia Municipal tem de pro-
ceder à eleição de um representante para integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil
De seguida, procedeu-se à respectiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e
nove Deputados Municipais
Foram obtidos os seguintes resultados:
Deputado Municipal Joaquim Filipe Coelho Serrão - 18 votos
Deputado Municipal Armando Rodrigues - 1 voto
10 votos em branco
Foi eleito o Deputado Municipal Joaquim Filipe Coelho Serrão para integrar a Comissão
Municipal de Protecção Civil
O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra suscitando uma irregularida-
de na composição da Comissão na parte referente ao Vereador com competência delegada
A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: Em relação a essa matéria o Vereador Tiago
Capaz coordena, efectivamente, os Serviços de Protecção Civil de acordo com o organigrama da
Câmara Municipal de Coruche
A legislação não é taxativa nesta matéria, aliás, se fosse taxativa não teríamos designado
um eleito da Assembleia
Nessa matéria permite-se ao abrigo da alínea h) designar outros elementos que se consi-
derem de facto importantes para a efectividade da Comissão



	Nesse sentido, para além do Vereador Tiago Capaz, designámos também um representan-
	te das Juntas de Freguesia, o que ocorreu em reunião realizada antes desta Assembleia, e acabá-
	mos de designar o representante da Assembleia Municipal. Designou-se ainda os representantes
	da Escola Profissional de Coruche, da Escola Secundária de Coruche, da EBI/JI do Couço, do
	Agrupamento Educor, da Associação de Produtores Florestais e da Associação de Regantes
	Nenhuma destas entidades que acabei de elencar estavam previstas na legislação, como o
	senhor sabe tão bem quanto eu.
	Nessa matéria a Câmara e o Vereador que coordena a Protecção Civil considerou ser
	essencial que estas entidades, como agentes importantes nesta matéria, estivessem também
	envolvidas no processo
	Dessa forma não consideramos que haja qualquer tipo de irregularidade ou qualquer tipo
	de ilegalidade na designação desta Comissão
	O Presidente da Assembleia salientou: Percebemos o reparo do Senhor Deputado Arman-
	do Rodrigues, mas quero-lhe chamar a atenção que nós o que estivemos aqui a fazer foi a eleger
	o representante da Assembleia Municipal
	PONTO TRÊS - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE
	PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (RENOVAÇÃO DE MANDA-
	TOS E/OU DESIGNAÇÃO DE NOVOS ELEMENTOS):- Foi presente o ofício n.º 3784, de
	16 de Abril de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, sobre a renovação de mandatos e/ou a
	designação de novos elementos para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo,
	em conformidade com a alínea l), do Artigo 17.º e no Artigo 26.º da Lei n.º 147/99, de 1 de
	Setembro
	O Presidente da Assembleia salientou: Em relação a esta questão, como já fizemos nou-
	tras nomeações, vamos aplicar o método de Hondt em função da representatividade que tem a
	própria Assembleia Municipal. Ou seja, o PS indica três representantes e a CDU um repre-
	sentante
	Da parte do Grupo Municipal do PS foram indicados os seguintes representantes:
	Rosa Maria Bento Pais
	Rosa Maria Gaspar Ferreira Cotrim Lagriminha
Fernando Manuel Fernandes	Fernando Manuel Fernandes
	Da parte do Grupo Municipal da CDU foi indicado o seguinte representante:
	Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo
	PONTO QUATRO - II ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2010:- Foi pre-
	sente o ofício n.º 4091, de 21 de Abril de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando
	proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Extraordi-



nária de 21 de Abril de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Pre-
sidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Se me permite Senhor Presidente, antes de falar sobre
este ponto, queria dar alguns esclarecimentos relativamente a matérias que foram aqui tratadas, e
tendo em conta o clima um pouco emocionado antes do intervalo, achei por bem não falar na
altura e deixar para agora
Relativamente a uma questão que o Vogal Fernando Serafim levantou sobre um terreno
adquirido na Branca, convidava-o a consultar o dicionário e distinguir entre adquirir e comprar.
Talvez encontre aí a razão porque é que não deve estar indignado e não deve estar a chamar
nomes ao Presidente da Câmara e ao executivo municipal. Uma leitura etimológica das palavras
ou o seu conhecimento etimológico dará para perceber a diferença entre adquirir e comprar
Dizer também que o Vogal António Soares está a falar completamente de cor acerca de
matérias que devia conhecer
É completamente falso que haja terrenos comprados pela Junta de Freguesia ou documen-
tos dessa compra. Se assim fosse eles tinham sido apresentados a seu tempo e, se assim fosse, o
juiz do Tribunal de Leiria não teria naturalmente negado provimento a um providência cautelar
requerida pela Junta de Freguesia do Couço
É de tal maneira o reconhecimento dessa situação, que até há pouco tempo numa reunião
de Câmara o Vereador da CDU propôs que houvesse entendimento e que a Câmara vendesse o
lote à Junta de Freguesia
O que eu disse na altura e que é obvio, é que o importante é que seja reconhecida a pro-
priedade de facto da Câmara sobre aquele terreno
A Câmara comprou aquele terreno, não o ocupou. Aquele espaço não era um lote, era um
terreno com treze hectares e que tinha lá aquela construção
Respondi a esse Vereador que se houver vontade da Junta de Freguesia para comprar o
terreno, reconhecida a propriedade por parte da Câmara, naturalmente que a Câmara encontrará
forma de o fazer com a Junta de Freguesia. No meu entender, deve ser dada prioridade a uma
instituição como a Junta de Freguesia na aquisição do terreno. Não vejo qualquer dificuldade
desde que seja reconhecida a posse do terreno por parte da Câmara
Sobre o fecho da Zona Agrária, compará-la com o Observatório do Sobreiro e da Cortiça,
é comparar realmente questões semelhantes. Nem o fecho da Zona Agrária fez com que Coruche
deixasse de ser um grande concelho agrícola, nem a construção do Observatório do Sobreiro e da
Cortiça alterou o facto de Coruche ser o maior produtor de cortiça a nível mundial. A grande
diferença está na apreciação que as pessoas fazem destes factos. Não ouvi nenhum agricultor do



concelho de Coruche a manifestar-se preocupado com o encerramento da Zona Agrária ou a
lamentar o prejuízo que isso causou à agricultura do concelho. Em relação ao Observatório do
Sobreiro e da Cortiça tenho ouvido, felizmente, dezenas e centenas de elogios pela sua constru-
ção e pela iniciativa da Câmara Municipal de Coruche em promover a sua construção. Esta é a
grande diferença. Se calhar, se não o tivéssemos feito, estaria algures noutro concelho, como o
Fluviário está no concelho de Mora. Não está em Coruche e poderia estar perfeitamente
Relativamente à questão do Mapa de Pessoal, as alterações que propomos são as
seguintes:
A extinção de um lugar na carreira da Assistente Operacional, no Serviço de Apoio
Geral. Essa trabalhadora estava a exercer funções na Zona Industrial do Monte da Barca, na lim-
peza e controle de entradas, e foi deslocada para o Serviço de Educação - EBI/JI do Couço. Tra-
ta-se de colocar a pessoa, de facto, onde presta serviço e onde se pensa que vai ter continuidade
o seu trabalho;
Uma situação de mobilidade também interna de um funcionário que estava no Serviço de
Educação e que agora ocupa funções no Serviço de Higiene e Limpeza;
Criação de um lugar para o Serviço de Planeamento, Urbanismo, Arquitectura e Habita-
ção. Saíram pessoas desta área e outros estão em regime de comissão de serviço fora do municí-
pio de Coruche e precisamos de contratar um arquitecto;
Criação de quatro lugares a tempo indeterminado para a carreira de Bombeiro/Recruta
São estas as alterações que propomos e que são perfeitamente justificadas
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: Esperei por este ponto para pedir à Mesa,
novamente, já o solicitei em duas sessões da Assembleia Municipal, para ser entregue a listagem
dos vencimentos de todos os funcionários da Câmara Municipal. Há um prazo para ser entregue,
o qual já foi ultrapassado largamente, daí que gostaria que essa documentação fosse entregue a
todos os Senhores Deputados Municipais
O Presidente da Assembleia salientou: Penso que na próxima Segunda-Feira estamos em
condições de enviar a resposta.
De seguida colocou à votação o Ponto Quatro
A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a II Alteração ao Mapa de Pessoal de
2010, que fica em anexo à presente deliberação e que aqui se dá integralmente transcrito para
todos os efeitos legais, nos termos e para os efeitos previstos nos Artigos 4.º e 5.º da Lei
n.° 12-A/2008
A presente deliberação foi aprovada em minuta



PONTO CINCO - CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE SEGUROS:- Foi presente o ofício n.º 4090, de 21 de Abril de 2010, da Câmara Municipal
de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade,
em sua Reunião Extraordinária de 21 de Abril de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da
presente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: Esta proposta tem a ver com uma preocupação dos
municípios associados na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, no sentido de pôr a con-
curso alguns serviços que se acredita podermos obter vantagens interessantes
Já fizemos isso com alguns fornecimentos e, agora, o que se pretende é fazer o mesmo
com os seguros, no sentido de cada Câmara disponibilizar aquilo que é a sua carteira de seguros
e a CIMLT desenvolver o processo
É a chamada economia de escala, procurar com que os preços possam descer
Acredita-se que as empresas, tendo em conta o universo que é posto a concurso, concor-
rerão com valores mais baixos, possibilitando aos municípios aderentes conseguir alguma
economia
Se por acaso a proposta não interessar a Câmara é livre de não adjudicar e de abrir um
outro concurso individualizado para o universo dos seguros que tem de garantir
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o
Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco
A Assembleia deliberou, por unanimidade:
a) Autorizar a abertura de concurso público com publicação de anúncio no JOUE, com
vista à aquisição de serviços na área dos seguros, melhor descritos na informação n.º 1123, data-
da de 9 de Abril de 2010, que fica em anexo à presente acta e que se dá por integralmente trans-
crita, cujo valor estimado para este Município é de 362.870,52 €, conforme repartição, prevista,
que consta na informação supra mencionada, sendo que a duração do contrato será de 36 meses,
e o preço base do procedimento será de 4.300.000 € (valor estimado para o conjunto das
entidades)
b) Autorizar que o Município de Coruche integre o Agrupamento de entidades adjudican-
tes descrito na referida informação, sendo designada a CIMLT como representante do Agru-
pamento
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Presidente da Assembleia solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, pelas



zero horas
A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos
PONTO SEIS - PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE
2009 (DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO):-
Foi presente o ofício n.º 4087, de 21 de Abril de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, ane-
xando a Prestação de Contas referente ao exercício de 2009 (Documentos de Prestação de Contas
e Relatório de Gestão), que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Extraordinária de 21
de Abril de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta
PONTO SETE - APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE
2009:- Foi presente o ofício n.º 4089, de 21 de Abril de 2010, da Câmara Municipal de Coruche,
anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reu-
nião Ordinária de 21 de Abril de 2010:
Reservas Legais - 78.341,64 €
Resultados Transitados - 1.488.491,13 €
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução conjunta aos Pontos Seis e Sete por
parte do Presidente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: A Prestação de Contas não é mais do que um relatório
daquilo que foi sendo feito ao longo do ano de 2009
Tirar daqui outro tipo de conclusões e extrapolações, parece-me completamente desajus-
tado. Os números são o que são. A execução foi aquilo que está aqui expresso. É, acima de tudo,
um documento técnico
Todos sabemos o que foi o ano de 2009 do ponto de vista da economia do mundo, do país
e deste concelho
Todos sabemos a importância que tem na actividade do Município de Coruche a obtenção
e a utilização de fundos comunitários
Todos sabemos o atraso verificado na concretização do QREN. Em 2010 estão a surgir os
primeiros pagamentos, pois até 2009 ninguém movimentou qualquer verba relativamente ao
QREN
A receita que tem a ver com o investimento é bastante condicionada pelo QREN e por
aquilo que prevíamos em termos de arrecadação de fundos comunitários
A receita corrente é manifestamente influenciada por aquilo que é a actividade económi-
ca, por aquilo que é o desenvolvimento registado no nosso concelho, assim como pela cobrança
de impostos
O que eu quero dizer não serve de desculpa, serve de justificação devidamente fundamen-
tada de que a nossa actividade municipal está condicionada pelas receitas que obtemos (algumas



directas outras indirectas) e sobre as quais não podemos exercer grande influência
Os impostos são muito influenciados pela actividade económica. Quando a actividade
económica cai, quando há situações económicas como aquela que se viveu em 2009 (e se conti-
nua a viver) naturalmente que a arrecadação dessa receita diminui
No que respeita a receitas de capital, para além da transferência do FEF, estamos extre-
mamente dependentes das receitas dos fundos comunitários para fazer investimento
Sem querer arranjar qualquer tipo de desculpas, é esta a fundamentação e a justificação
para a Prestação de Contas e para aquilo que é o resultado do exercício de 2009
No que respeita às GOP's, temos uma execução do PPI de 30,8% e nas AMR's de 85,7%,
o que deu uma execução global de 45,5%
Em relação à receita total, correntes mais capital, temos 75,2%. Foi o que conseguimos
arrecadar desta mesma receita total, que se prende com o facto de estarmos numa situação de cri-
se e não termos arrecadado qualquer verba do QREN
Se a receita arrecadada foi cerca de dois terços daquilo que se previa, naturalmente que o
resultado é um investimento menor e é uma execução menor, porque a receita também foi bas-
tante inferior àquilo que se previa
Em relação à receita corrente tivemos uma efectiva diminuição de 4,6%. Esta diminuição
tem a ver com a quebra na receita dos impostos indirectos. Baixámos extraordinariamente, cerca
de 541 mil euros, ou seja, 22,2%
Em relação à receita de capital descemos 27%, o que significa que foi inferior em 1.635
mil euros relativamente àquilo que estava previsto. Muito deste valor, cerca de 1.136 mil euros
(81%) é receita do FEDER que não entrou porque o QREN não teve qualquer tipo de execução
Em relação à despesa corrente, conseguimos conter a mesma, o que é bastante assinalável
tendo em conta a inflação, as subidas de diversos produtos básicos e também da massa salarial.
Conseguimos que a despesa corrente tivesse um ligeiro acréscimo de 0,2%. Para isso contribuiu
uma política de contenção, de restrição e de controlo de despesas. Só assim foi possível manter a
despesa corrente aos níveis do ano de 2008
Em relação ao facto de não se ter verificado uma subida acentuada na despesa com pes-
soal, é justo que se diga que o facto de terem saído cerca de 20 trabalhadores para a Águas do
Ribatejo ajudou a que pudéssemos conter esta despesa e a que não tivéssemos aumentos signifi-
cativos da massa total daquilo que é a despesa salarial
Relativamente à aquisição de bens e serviços, conseguimos uma redução de 3,3%. Tendo
em conta que são despesas chamadas correntes, para o bom funcionamento da autarquia, é assi-
nalável esta redução
Também a despesa com juros e outros encargos diminuiu em 5,9%



Houve um aumento nas chamadas outras despesas correntes, cerca de 172 mil euros
Em relação à despesa de capital, houve uma diminuição. Como disse antes, também a
receita foi menor. Com uma receita menor a despesa teria de ser necessariamente menor
No que respeita ao equilíbrio orçamental, apesar de toda esta contenção e de todo este
controlo, estamos a entrar numa fase em que se começa a verificar um desequilíbrio orçamental.
Era habitual termos "superavits" no que respeita ao comparativo despesa/receita corrente. Todos
os anos conseguimos esses "superavits", todos os anos conseguimos transferir para capital a
sobra que resultava de uma menor despesa corrente relativamente àquilo que era a receita. Com a
diminuição da receita corrente, com a diminuição do valor dos impostos arrecadados, estamos a
inverter esta tendência, que é uma tendência bastante saudável, mas que dificilmente consegui-
mos alterar nos tempos mais próximos tendo em conta a situação de crise
As despesas são praticamente certas e garantidas, com pequenas excepções onde pode-
mos reduzir. Portanto, vai criar algum desequilíbrio que temos de procurar corrigir, mas que só
poderá ser feito, naturalmente, com a melhoria da situação económica e com a saída da crise que
se vive no país e no concelho de Coruche
O saldo da conta de gerência chegou ao valor final de 2.419.268,95 euros e desse ao valor
líquido de cerca de 1.566 mil euros que foram depois incorporados no orçamento e que deu ori-
gem ao reforço de uma série de rubricas que aí estão elencadas
Relativamente à Prestação de Contas, dentro dos principais projectos e investimentos
executados, devemos falar do seguinte:
Conclusão da obra do Observatório do Sobreiro e da Cortiça;
Pavimentação e Infra-Estruturação da Rua das Coimbras, Travessa dos Castanhos e Rua
da Guarita, em Vale Mansos;
Infra-Estruturação e Pavimentação da Rua do Moinho, em Vale Mansos;
Infra-Estruturação e Pavimentação da Rua Central, da Rua do Bairro Novo e da Rua da
Igreja, na Branca;
Intervenção Urbanística no Largo do Matadouro;
Arranjo Urbanístico da Rua Riba Falcão, no Bairro da Areia;
Início da obra Coruche Nascente;
Início da obra Coruche Norte;
Início da Repavimentação da E.M.580 Coruche/Lamarosa - 1ª fase da Lamarosa até à
Várzea d'Água;
Continuação da construção da Central de Camionagem de Coruche;
Construção da Escola Museu Salgueiro Maia;
Repavimentação da Rua 25 de Abril e de outras ruas em Coruche;



Construção do Interceptor Pluvial de Águas do Couço para Lagoíços;
Pavimentação e Infra-Estruturação da Travessa dos Albertos, na Fajarda;
Requalificação e Reabilitação do Pavilhão Desportivo Municipal;
Aquisição da Unidade Móvel de Saúde
Foram algumas iniciativas feitas em 2009 que justificam estes investimentos e a despesa
aqui apresentada
Quero destacar outras iniciativas com alguma importância:
A realização da 1.ª edição da FICOR;
O transporte ferroviário entre Coruche/Lisboa, que começou em Setembro do ano passa-
do. Conforme estabelecido no protocolo, parte da despesa é suportada por três municípios, sendo
que um terço dessa despesa é suportada pelo Município de Coruche
Esta Prestação de Contas não é mais do que o espelho daquilo que foi feito ao longo de
ano de 2009. É perfeitamente transparente e resulta de um trabalho feito pelos técnicos munici-
pais e acompanhado pelo ROC, por forma a que possamos cumprir aquilo que a lei estabelece -
até 30 de Abril aprovarmos esta Prestação de Contas e aprovarmos a incorporação do Saldo da
Conta de Gerência no Orçamento de 2010
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Armando Rodrigues proferiu a seguinte intervenção:
Os documentos de prestação de contas que hoje aqui apreciamos confirmam a justeza das
críticas da CDU, quando repetidas vezes afirmámos que o ano de 2009 para a maioria socialista
na Câmara era o ano das festas e da propaganda
2009 ficou marcado por uma panóplia de festejos e de iniciativas propagandísticas cujo
objectivo central era a apologia e o elogio da gestão socialista, não se olhou a meios para atingia
os fins
A desfaçatez chegou a tal ponto que em plena campanha eleitoral foi anunciado a aquisi-
ção de um terreno na Branca, vindo-se agora a saber que afinal tudo não tinha passado de uma
mentira para ganhar alguns votos, este é um triste e lamentável episódio que não dignifica em
nada os seus autores
2009 foi o ano da propaganda e do esbanjamento dos recursos municipais, assim se expli-
ca que 2009 tenha sido o ano que teve o mais baixo nível de execução da "era" socialista des-
de 2002
Vejamos alguns exemplos: De acordo com o relatório de gestão, o plano plurianual de
investimentos (PPI) teve uma execução de 30,8%, o que significou um investimento de três
milhões duzentos e trinta e cinco mil euros, quando a dotação total era de dez milhões quinhen-



tos e treze	mil euros. Esta foi a taxa de execução mais baixa de sempre
	n 2001 - ao tempo da gestão CDU - o investimento realizado foi de quatro milhões
	e cinquenta e nove mil euros - 35,5% - da dotação total contra os já referidos 30,8%
_	nteressante verificar que na elaboração deste relatório houve o cuidado, na feitura dos
	le só recorrer aos dados da gestão CDU quando isso evidenciava a bondade da gestão
_	Quando os dados não servem os interesses socialistas, pura e simplesmente omitem-
	chama-se "desonestidade intelectual". Se no gráfico da página 10 do relatório fosse
	do os resultados do ano de 2001, que enunciei, ficaria muito mais visível o descalabro
	exercício da gestão socialista em 2009.
	prioridades do PS em 2009 - festas e propaganda - tornam-se mais evidentes se obser-
	quadro da página 11 do relatório de gestão, onde se pode ver que nas AMR's - activi-
	s relevantes - em 2009 ano de profunda crise económica e social a verba gasta na
	"acção social" representou apenas 40,9%, enquanto para a rubrica "desporto, recreio e
	86,2%, para o "turismo" 89% e "mercados e feiras" 97,7%
	página 12 do relatório, 2.º parágrafo, pode ler-se: "No final de 2009 a execução con-
junta do P	PI e das AMR's fixou-se em 46% do financiamento definido." Mas omitiu-se a taxa de
execução e	em 2008 que foi 62,6%
Na	página 14 do relatório, 1.º parágrafo, é referido que: "A receita global arrecadada em
2009 soma	ada ao saldo de gerência anterior foi de 75%", mas não há nenhuma referência ao valor
arrecadado	o de 2008, que foi 89% - mais 14%
	amo a atenção aos senhores deputados municipais para o gráfico na página 17 do rela-
tório que i	retrata "a evolução" das principais receitas e o seu peso percentual nas receitas totais.
Neste gráf	ico podemos ver que ao nível da receita na rubrica "Águas e alugueres de contadores"
- em 2008	a receita foi de setecentos e sessenta e seis mil e vinte euros - 4,1% - em 2009 foi de
seiscentos	e vinte e dois mil duzentos e quarenta e um euros - 3,8%. Como sabemos, apesar de
pouco sign	nificativas tem havido actualizações regulares do preço da água que os munícipes
pagam e se	e relativamente aos valores de 2009 pode argumentar-se que os baixos valores arreca-
dados são	só de parte do ano, porque este serviço passou para as "Águas do Ribatejo", em 2008
isso não a	conteceu. Mas o que é verdadeiramente surpreendente é que o valor arrecadado em
2001 - ao	tempo da CDU - foi de oitocentos e oitenta e cinco mil seiscentos e catorze euros -
5,7% - con	no se vê valores muito acima dos arrecadados em 2008 e em 2009
Sol	bre a divida do consumo de água à Câmara que aqui aludi na última Assembleia no
valor de d	uzentos e treze mil euros, no relatório de gestão nem uma palavra. Impõe-se uma per-
gunta e re	sponda quem souber. Qual é a razão para que os valores arrecadados de cobrança de



água, sejam hoje inferiores aos de há oito anos atrás? Não é estranho! Mas que Gestão é esta?
Perceberam agora os senhores deputados porque é que neste gráfico não são apresentados
os resultados do ano de 2001?
Chamo a vossa atenção para a página 20, onde o quadro relativo às despesas correntes e
ao peso relativo de cada rubrica na dotação final; "Aquisição de Bens e Serviços" quatro milhões
e duzentos e nove mil euros - 33,8% - é nesta rubrica que estão no essencial as despesas das fes-
tividades, estudos, acções de propaganda e afins que a maioria PS levou a cabo em 2009
O quadro da página 21 mostra-nos que a despesa de capital (que é o investimento) foi em
2009 inferior à do ano de 2001 - ao tempo da CDU
A saber, em 2001 cinco milhões e oitocentos e vinte e seis mil euros - 39% - em 2009
quatro milhões e cinquenta e três mil euros - 35%
Página 23 "Evolução das diferentes componentes da despesa face à despesa total" - aqui e
interessante constatar a evolução nas seguintes rubricas:
"Aquisição de Bens e Serviços": 2002 - dois milhões e seiscentos e dez mil euros
17,93%. 2009 - quatro milhões e duzentos e nove mil euros - 25,5%
"Aquisição de Serviços": 2002 - um milhão novecentos e oitenta e oito mil euros
13,66%. 2009 - três milhões e vinte e oito mil euros - 18,3%
"Despesas com Pessoal": 2002 - cinco milhões duzentos e quarenta e oito mil euros
36%. 2009 - seis milhões e dez mil euros - 36%
Outro dado interessante é que o total das despesas correntes em 2002 foi de nove milhões
e duzentos e quarenta e nove mil euros - 63,5% - e em 2009 foi de dois milhões quatrocentos e
sessenta e nove mil euros - 75,5% (mais 12%)
Fica demonstrado que a subida significativa e preocupante das despesas correntes não se
deve aos encargos com o pessoal, ao contrário do afirmado no relatório, mas à política de esban-
jamento do PS, de que dei suficientes exemplos
Ainda sobre as despesas correntes, na rubrica "Aquisição de Serviços" seria interessante
saber quais foram os serviços adquiridos pela Câmara em 2009. Pois, o valor despendido pelo
município foi de três milhões de euros (seiscentos mil contos) - veja-se o gráfico da página 23
Por tudo o que já se disse, o relatório de gestão e os outros documentos de prestação de
contas não merecem a nossa aprovação
A CDU chama a atenção, para a necessidade de alterar este estilo de gestão que privilegia
o mediatismo, a propaganda e as actividades supérfluas em detrimento da resolução dos reais
problemas do concelho. Mais um ano passou e investimentos estruturantes e prioritários para
Coruche ficaram por realizar
Pese embora as promessas cada ano repetidas:



IC 10
IC 13
A nova travessia do Vale do Sorraia
Quartel dos Bombeiros
Mercado Municipal
A habitação social
A ponte de Courelinhas
A nova ponte no Sorraia entre Couço e Santa Justa
Etc
É tempo deste executivo PS "falar verdade", porque "amar Coruche" não deve ser só en
ano de eleições
O Presidente da Câmara referiu: Não se pode usar os números e falar mentira com esses
números. É completamente falso que tenha havido um aumento acentuado da despesa corrente
O aumento da despesa corrente em 2009 cifrou-se em 25 mil euros, o que em termos percentuais
é 0,2%
Vir aqui demagogicamente falar num aumento enorme da despesa corrente é completa
mente demagógico, falso e mentiroso
Falta dizer uma coisa do comparativo de 2001 com os outros anos. É que a CDU ainda
tem o recorre do pagamento de horas extraordinárias no ano de 2001 - pagou mais de 250 mi
euros. Daí para cá, com a inflação e com o aumento do número de trabalhadores, ainda não se
conseguiu chegar a esse valor
O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Relativamente a esta matéria o que há a
dizer não é muito. Os documentos relatam aquilo que foi feito
É evidente que aquilo que se propõe fazer no início do ano ou no início do mandato difi
cilmente é executado a 100%, por razões que por vezes têm a ver com a Câmara e outras que não
tem que ver com a Câmara, têm a ver com a conjuntura externa
O que se realizou está aqui indicado. Não podemos voltar atrás e deixar de fazer aquilo
que se fez e fazer outra coisa
Não posso deixar passar aqui algumas questões que o Senhor Deputado Armando Rodri-
gues referiu. É evidente que ele tirou conclusões políticas do documento. Eu entendo que as con
clusões políticas não são tiradas desde documento. Este documento relata aquilo que se fez. C
Deputado Armando Rodrigues esqueceu-se, por exemplo, que o PS no primeiro mandato recor
reu a fundos comunitários para investimento e utilizou-os em cerca de 90%. No mandato de
2001, a CDU só usou cerca de 18%. Por aí se percebe o tipo de investimento que fez o PS no
mandato de 2002 a 2005, comparado com aquele que a CDU tinha feito até 2001



Penso que estes documentos são completamente transparentes. Não se está aqui a escon-
der nada
Se formos falar de transparência, se recuarmos até Setembro, na última Assembleia diri-
gida pela Dra. Fernanda Pinto, em que havia uma moção para ser votada que tinha a ver com os
trabalhadores da Câmara e o tipo de gestão que era utilizada, a chamada opção gestionária
alguns Vogais pretendiam que o Senhor Presidente da Câmara fornecesse esclarecimentos para
que o voto pudesse ser mais sólido e baseado numa realidade que não conheciam. A bancada e a
Mesa da CDU recusaram-se determinadamente a que houvesse esclarecimentos, pretenderam
que os Vogais votassem no escuro. Perante esta situação, é de lembrar a CDU que os Deputados
sobretudo do PS, desconhecendo matéria importante que podia ser transmitida, não votaram essa
moção. De seguida a Mesa da CDU abandona a Assembleia. Aqui é que houve falta de transpa-
rência e tentativa de não informar as pessoas sobre a realidade
Falou também o Senhor Deputado Armando Rodrigues em investimentos estruturantes
para Coruche. É evidente que não podemos confundir aqueles que são da responsabilidade da
Câmara e aqueles que não o são. Penso que o município empenhou-se nos dois mandatos passa-
dos, e também no mandato actual, para a concretização de investimentos estruturantes. Lembro
que em relação ao quartel dos bombeiros já existe projecto e um terreno em vias de ser obtido
pela Câmara
Lembro também que li o manifesto eleitoral do Partido Comunista no tempo que usava o
pseudónimo de FEPU, tenho-o lá guardado, onde se diz que vai ser construído o quartel dos
bombeiros. Mais tarde o Partido Comunista veio a usar o pseudónimo de APU, tenho lá outro
manifesto eleitoral, onde também é referida a construção do quartel dos bombeiros
Que eu saiba só o referia nos manifestos eleitorais, porque na realidade nada existiu. C
Partido Socialista, nos dois mandatos últimos, conseguiu dar passos importantes para a constru-
ção do quartel dos bombeiros
Falou também em despesas. Estou a lembrar-me que as Festas de Coruche eram total-
mente pagas pela Câmara. Hoje, a Câmara atribui um subsídio que é votado e se não for aprova-
do não é atribuído. É perfeitamente democrática esta atitude de atribuição do subsídio à Comis-
são de Festas do Castelo. Os donativos que a Comissão consegue obter, em média nestes últimos
anos andam pelos 70 mil euros, são donativos com algum significado
Estaríamos aqui muito tempo a citar exemplos, mas penso que não vale a pena, toda a
gente percebe o que é que significa a apreciação destes documentos e as ilações políticas que a
CDU pretende tirar dos mesmos
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Começaria por fazer uma referência ac
que foi dito pelo Senhor Deputado que me antecedeu. Quando diz que estes documentos não



deveriam ter uma análise política, significa que não iremos ouvir ao longo da sessão nenhum
análise política do PS a congratular-se com o documento, pelo menos é isso que fica subjacent
das suas palavras - que não há uma análise política do documento
Vou fazer uma análise que não é política do documento, vou tentar fazer uma análise do
números:
Começando pela execução orçamental, a taxa de realização orçamental foi de 65,6%
quando nas GOP's foi de 45,5%. Acho que são os primeiros números que nos saltam à vista d
análise destes documentos e que marcam sem dúvida o exercício de 2009
Em relação à evolução do investimento realizado em 2009, o mesmo foi de 30,8% fac
aquilo que estava previsto. É a pior realização dos últimos 8 anos
Em relação ao orçamento da receita, as receitas correntes tiveram uma execução
de 92,7%
Destacar nos impostos directos que a execução foi de 69%
As receitas correntes caem desde 2007
Em relação às receitas de capital a execução foi de 45,6%.
Destacar que as transferências de capital tiveram uma execução de 63,8%.
Estas receitas de capital apresentam o segundo valor mais baixo dos últimos dez anos
Fazendo uma análise global da receita, a execução foi no exercício anterior de 75,2%
Em relação ao orçamento da despesa, as despesas correntes tiveram uma execução d
92% e as despesas de capital de 35%
A análise global da despesa mostra-nos que houve uma execução de 65,6%.
As despesas correntes crescem desde 2002. É um dos factos que fica claro e que se desta
ca neste documento
A despesa de capital cai desde de 2005
Ao olharmos a evolução das duas, percebemos que se afastam em termos de execução. I
em termos de valor atingimos, em 2009, o valor mais baixo dos últimos oito anos
Nas despesas de capital, destacar ainda que dentro do orçamento da despesa as transfe
rências de capital diminuem desde 2006 (foram de 1.113 mil euros, enquanto que em 2009 forar
de 329.998 euros)
Dentro das despesas, gostava de referir as despesas com horas extraordinárias em 2009
que foram de 228.008 euros. É só o valor mais alto desde 2002. Deverá haver algo que justifiqu
termos atingido em 2009 o valor mais alto desde 2002 de pagamento de horas extraordinárias
Em relação à evolução dos resultados, destacaria os resultados operacionais que em 200
são de menos 56.463 euros e em 2008 de 1.484 mil euros
Tendo o resultado líquido do exercício sido de 1.566 mil euros, quando tinha sido en



2008 de 2.300 mil euros
Porque é que fiz esta análise dos números? Penso que para percebermos a execução, as
prioridades e a gestão do município é importante analisar os números e ver qual a taxa de execu-
ção em cada uma das rubricas. Por esta análise, sobretudo das receitas correntes, das receitas de
capital, das despesas correntes e das despesas de capital, conseguimos perceber qual foi a ten-
dência ou qual foi a prioridade e como decorreu o exercício de 2009
O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: Começava por comentar a intervenção
do Senhor Deputado que me antecedeu. Creio que certamente tem consciência do contexto eco-
nómico e social que vivemos actualmente e as repercussões que tem sobre a actividade das
autarquias, ao qual o Município de Coruche não fica imune
Quando se referiu à quebra da despesa de capital e frisou concretamente um período,
deve lembrar-se, até porque era eleito na Assembleia anterior, que houve a transição de quadros
comunitários
Uma nota que deixo para a Assembleia é que é importante termos em conta que os núme-
ros são, de facto, interessantes, mas revelam-nos a realidade que quisermos entender, os números
valem por si mesmo, mas as conclusões serão aquelas que quisermos entender
Queria ter iniciado a minha intervenção por aquilo que vou dizer agora, mas não resisti
em responder logo de imediato ao Deputado Francisco Gaspar. Achei que seria importante rea-
vivar estas questões
Queria aqui enfatizar e reconhecer a qualidade do trabalho que foi realizado pelos técni-
cos municipais. Os documentos têm um formato bastante amigável e, de facto, representam rigor
e transparência na prestação de contas
A análise que este órgão faz dos documentos é importante, tal como é importante a análi-
se que outros organismos irão fazer após a sua aprovação (ou não) neste órgão deliberativo
Mas mais importante é o fim último deste documento de gestão, e esse é a prestação de
contas aos munícipes. É essa, também, a finalidade deste instrumento de gestão
Quando falamos de uma prestação de contas mais clara e rigorosa, muitas das vezes
temos até de abandonar documentos de natureza tão técnica. Certamente que alguns de nós
podemos ter capacidade para os interpretar, mas a maior parte da população não tem que ter for-
mação nestas áreas. Algumas vezes devemos pôr de parte os números, eles valem aquilo que
valem, e devemos tentar perceber quais são as expectativas dos nossos clientes, das partes inte-
ressadas, neste caso dos nossos munícipes
Não pude deixar de registar algumas questões na intervenção do Deputado Armando
Rodrigues. Com todo o respeito pela posição manifestada face à votação que irão fazer, é, no
entanto, importante destacar que as análises ou as conclusões que tiramos do exercício económi-



#### ACTA Nº 5 SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2010

co neste período do ano, não podem ser feitas entre o deve e o haver e entre aquilo que foram os instrumentos de planeamento e os de prestação de contas. Não pode ser só isso. Creio que o enquadramento legal destes instrumentos não permite que haja, de facto, a monitorização e a alteração daquilo que é planeado. Deveria, no entanto, poder acontecer, porque há factores endógenos que todos sabemos que não conseguimos controlar, que não dependem de nós, mas que afectam aquilo que planeamos. É natural que aquilo que se planeia e aquilo que se executa é tendencialmente maior, e há-de continuar a ser, porque a evolução ou a dinâmica que assistimos de ano para ano, de exercício para exercício, é cada vez maior. O enquadramento legal destes instrumentos não foi ajustado e vamos continuar a assistir a diferenças abismais entre aquilo que se planeou em Novembro e aquilo que depois se vai avaliar em Abril do ano seguinte. ---------- Dizer ainda que dentro da intervenção do Deputado Armando Rodrigues, por vezes as intervenções parecem-me quase um paradoxo, ou se critica que o planeamento não foi rigoroso e depois há um grande desfasamento face à prestação de contas, ou se critica porque há uma despesa enorme em estudos e projectos. Se queremos tomar decisões de qualidade, temos de planear e fazer estudos para tomarmos decisões mais acertadas. Queremos um planeamento e depois vamos fazendo conta que tudo vai batendo certo e andamos a navegar à deriva ou temos efectivamente de ter uma nova forma de gestão e temos de utilizar estes instrumentos que são os estudos e projectos. ------------Falam em propaganda e falam em eleições. O que é um facto é que as eleições ocorreram no ano que passou e eu continuo a ver muitas obras na vila de Coruche. Se fosse uma mera propaganda, neste momento, não tinha qualquer constrangimento entrar no lado norte da vila ou do lado nascente, mas não é isso que acontece, até me causa algum incómodo quando venho de Santarém e quero entrar em Coruche, mas temos de suportar essas questões para o desenvolvimento ----- Não podia estar mais de acordo com o Deputado Joaquim Serrão quando falou em esclarecer as pessoas, ao fim e ao cabo é isso mesmo de que se trata. O que estamos aqui a fazer é a tentar prestar contas às pessoas. Estamos certos das competências da Assembleia na apreciação dos documentos, mas não nos podemos esquecer que os últimos destinatários destes instrumen------ Acho que os números nestas discussões por vezes atrapalham mais do que ajudam quando começamos a falar muito em números. Vou falar apenas nos grandes números. -----------Em termos de execução global a análise que fazemos é bastante satisfatória, na ordem ------ Se houve uma redução da receita de capital na ordem de 1,6 milhões de euros, cerca de menos 27%, e com especial relevo na receita proveniente do QREN (é subjacente conhecido que



houve um atraso e continua a existir no arranque deste quadro comunitário), obviamente que isso
se vai reflectir na execução do PPI
A despesa de capital teve uma execução efectivamente reduzida em consequência desse
mesmo atraso das receitas de capital. Não havendo receitas de capital, porque muitos dos projec-
tos que estavam previstos no PPI não foram financiados, obviamente que a execução terá que ser
mais baixa do que aquilo que seria desejável. É claro que todos gostaríamos que a taxa fosse
muito superior. Não fizemos uma opção para termos apenas 35% de execução
É com bastante agrado que registámos que houve uma tentativa de manter o nível da des-
pesa corrente. Creio que resulta de um bom planeamento financeiro e orçamental e de um bom
controlo de gestão. Só assim se consegue manter, neste contexto actual, esta despesa corrente ou
pelo, menos, com um aumento pouco significativo. A juntar a este controlo de gestão diria que
há também uma eficaz organização dos recursos disponíveis
Em relação ao saldo de gerência, cerca de 2,4 milhões de euros, creio que este valor está
na linha daquilo que foram os exercícios anteriores. Apesar de considerarmos que é um valor, de
alguma forma, elevado, importa também salientar que grande parte deste valor será incorporado
no orçamento destinado a investimento, o que irá aumentar a capacidade de fazer obras,
infra-estruturas e equipamentos, enfim, de que, de alguma forma, converge para a melhoria da
comunidade
Em relação ao endividamento, é notória a redução do passivo em cerca de 750 mil euros
face a 2008. No entanto, a 31 de Dezembro o município utilizou apenas 48% da sua capacidade
de endividamento. Poderá dizer-se que é quase metade, mas há muitas Câmaras que neste
momento esgotaram a capacidade de endividamento
Para concluir, e até porque o Senhor Presidente da Câmara fez uma apresentação bastante
completa, apenas gostava de salientar algumas acções e investimentos mais significativos,
nomeadamente: a construção do Observatório do Sobreiro e da Cortiça, infra-estruturas e pavi-
mentação em diversas localidades, arranjos urbanísticos Coruche Norte e Coruche Nascente e
ainda destacar, mais pela importância social que pela importância material, a aquisição da Uni-
dade Móvel de Saúde, cujo trabalho realizado junto das populações tem sido notório
O Deputado Municipal Rui Aldeano proferiu a seguinte intervenção:
As reuniões da Assembleia onde apreciamos os documentos de prestação de contas são
sempre um momento importante para avaliarmos se as promessas e as expectativas que aqui
foram enunciadas ao longo dos anos foram cumpridas ou se não passaram disso mesmo: mera
retórica barata
Este é o momento em que quem tem a responsabilidade de governar o concelho, deve
prestar contas aqui na Assembleia Municipal



Sendo assim, quero chamar a atenção e pedir explicações relativamente ao incumprimen-
to e à baixa execução de algumas obras anunciadas para o ano 2009:
Urbanização do Loteamento Municipal do Biscainho - tinha uma dotação de trezentos e
trinta mil euros - 0% de execução - Faço o convite ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia a
prenunciar-se
Parque dos Lagoíços/Freguesia do Couço - tinha uma dotação de vinte mil euros - 0% de
execução
Edifício de Apoio Administrativo ao Estádio Municipal - tinha uma dotação de cento e
vinte mil euros - execução de 1,75%
Açude Insuflável no Rio Sorraia - tinha uma dotação de seiscentos e quarenta mil euros -
execução de 3,34%
Estação Central de Camionagem - teve uma execução em 2009 de 11,44%. Esta é uma
daquelas obras que tem sofrido diversas vicissitudes desde que foi lançada em 2005. Hoje, a 30
de Abril, deveria esta obra estar concluída depois da prorrogação graciosa que a Câmara deu ao
empreiteiro
Novo Quartel dos Bombeiros - sucessivamente anunciado o início da sua construção,
tinha uma dotação para 2009 de cento e sessenta mil euros. Como sabemos a construção ainda
não avançou
Centros Escolares - dotação para 2009 de quinhentos mil euros - execução de 6%
Estes são alguns exemplos da baixa taxa de execução do PPI, havendo muitas outras
obras anunciadas para 2009 e que mais uma vez e como em anos anteriores não tiveram qualquer
execução:
Execução do Circuito Pedonal no Vale Verde e Reabilitação da Zona de Intervenção;
Remodelação do Mercado Municipal;
Nova Biblioteca Municipal;
Habitação Social;
Remodelação dos Paços do Concelho;
Requalificação da Praça da Liberdade
Estes são alguns exemplos do incumprimento do que foi prometido pelo PS já há vários
anos e para comprovar o que afirmo vou citar uma intervenção feita em 19 de Dezembro de
2003, numa reunião da Assembleia Municipal, pelo então deputado e hoje Primeiro Secretário
desta Assembleia, Nelson Galvão, que em nome do Partido Socialista anunciava o arranque da
construção da estação central de camionagem, do novo quartel dos bombeiros, a construção de
habitação social a custos controlados como medida a fixação de jovens no concelho, a nova
biblioteca municipal e arquivo municipal





Mas mais do que os números temos de analisar os projectos, as obras e o planeamento
estratégico desta autarquia
Nesta matéria, o ano de 2009 foi um ano de realização de alguns projectos decisivos para
o futuro do Concelho
Pensar o futuro estratégico é o marco da liderança do PS em Coruche, nomeadamente
estruturando a atractividade residencial de Coruche e fortalecendo a atractividade empresarial do
Concelho. É o que se pretende com o Plano Estratégico - Coruche 2020, apresentado em 2009 e
que hoje discutiremos nesta Assembleia Municipal
Pensar a estratégia é atrair empresas, é atrair investimento para o concelho
Em 2009 inaugurou-se a fábrica da Nestlé Waters, na freguesia da Lamarosa, prova de
competitividade e das potencialidades de Coruche
Em 2009 realizou-se a 1ª FICOR, marcando uma nova visão do potencial do montado e
da cortiça. Não poderíamos deixar, mais uma vez, de destacar a inauguração do Observatório do
Sobreiro e da Cortiça - obra emblemática e única no mundo. É um pólo de ciência e de
investigação
Qualificar, formar e empreender são palavras caras a este executivo e ao PS
Mas um concelho dinâmico é um concelho com melhores acessos. Em 2009 requalificá-
mos as pontes do Vale do Sorraia, tornando-as ainda mais singulares e identificativas de
Coruche
Ainda em matéria de acessos, e mais especificamente de transportes, no ano anterior o
executivo socialista reactivou o caminho de ferro. Fomos promotores da reactivação do transpor-
te ferroviário e é agora possível ligar Coruche/Lisboa por um meio de transporte mais ecológico.
É uma medida económica e ecológica que o Grupo Municipal do Partido Socialista aplaude e
consideramos que o desenvolvimento deve ser integrado
A dinâmica deve ser realizada conjugando o desporto, o social, a cultura e o urbanismo
Nesta medida, no âmbito desportivo temos de destacar a realização em Coruche do Cam-
peonato Mundial de Pesca. Uma das mais importantes provas internacionais de pesca desportiva.
Este ano realizar-se-á em Setembro o Campeonato Europeu de Seniores
Ainda no âmbito desportivo, destaca-se a realização das 24 horas de BTT, que teve este
ano a 2ª edição. Coruche é já uma imagem de marca nesta modalidade
Falar do desenvolvimento, como já se referiu, é falar de cultura, é falar de história, é
reconhecer o passado e os heróis que fizeram com que hoje vivamos num país livre e demo-
crático
Foi com essa sensibilidade de futuro, de conservação do nosso património e de reconhe-
cimento que, em 2009, construímos o Núcleo Museológico Salgueiro Maia



Construir o futuro é disponibilizar à população todos os instrumentos para ter uma maior
qualidade de vida
É garantir o direito constitucional que todos têm ao acesso à saúde. Nesta medida, a
Câmara Municipal de Coruche comprou uma unidade móvel da saúde, que percorre todo o con-
celho e tem feito a diferença sobretudo para a população mais idosa
Ainda na área da saúde, em 2009 Coruche foi escolhido pela ARS para receber a SUB
que irá servir o concelho de Coruche e todo o sul do distrito
Sabemos que o país viveu e vive tempos atribulados, mas o PS nunca esqueceu nem nun-
ca se demitiu da sua responsabilidade social
São exemplos concretos que nos permitem dizer orgulhosamente que apoiamos dezenas e
dezenas de famílias coruchenses no programa de apoio ao conforto habitacional ou jovens no
programa casas com gente
Incentivamos o povoamento do Centro Histórico com incentivos ao arrendamento
Isto é justiça social
Por fim, e o que salta à vista até dos mais distraídos é o investimento no betão. Em 2009
iniciámos a construção da Central de Camionagem, o Edifício Administrativo do Estádio Muni-
cipal, a requalificação da Entrada Norte, inaugurámos, em 2010, pelo 25 de Abril, a Entrada
Nascente, requalificámos o Largo do Matadouro, iniciámos a construção da Sala Multiusos do
Biscainho, entre muitos outros investimentos que não vale a pena estar novamente a elencar
Ainda na temática da requalificação, o município juntamente com Santarém foi o primei-
ro a aderir à Sociedade de Reabilitação Urbana, cujo objectivo é, numa primeira fase, intervir na
área critica de recuperação e reconversão urbanística da zona do Centro Histórico. A requalifica-
ção e a regeneração urbanística são claramente dois objectivos do P.S., mas também proporcio-
nar à população acesso ao saneamento, por isso o município contratualizou com a Águas do
Ribatejo 10.700 mil euros de investimento no concelho para saneamento
A crise é real, mas cabe a cada um de nós definir prioridades
Estudar os diversos sectores é realizar investimento
Por tudo isto o Grupo Municipal do Partido Socialista considera que o executivo soube
definir objectivos e empreendimentos para tornar a qualidade de vida de todos nós melhor,
apoiando realmente quem precisa, investindo e criando mais dinamismo comercial, empresarial
e social
E por isso voltamos a dizer que amamos Coruche e falamos verdade e bastou comparar.
Pelos vistos para os coruchenses a escolha foi fácil, como se verificou pelos resultados das últi-
mas eleições autárquicas
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis



A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor do PS, oito votos contra
da CDU e três abstenções (duas do MIC e uma do PSD), aprovar a Prestação de Contas referente
ao exercício de 2009 (Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão)
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Deputado Municipal Armando Rodrigues apresentou uma declaração de voto, referin-
do que todos os dados e números que a CDU apresentou durante a discussão não foram refutados
por ninguém
O Deputado Municipal Abel Santos apresentou a seguinte declaração de voto:
Abstemo-nos porque ouvimos com muita atenção todos os dados aqui apresentados, mas
verificamos e sentimos que uma das grandes necessidades do concelho de Coruche, que é o
apoio aos mais idosos, não se encontra contemplada a nível dos equipamentos sociais, como
lares de idosos
Com tantas verbas aplicadas noutros equipamentos que não contestamos, dou como
exemplo que estão previstos 500 mil euros para o Açude no Rio e que essa verba resolveria o
problema do Lar de Idosos da Lamarosa, um problema social grave que vai aumentar nos próxi-
mos anos. Penso que esta é uma área que deveria ter mais atenção
A Deputada Municipal Liliana Sousa apresentou a seguinte declaração de voto:
O meu voto contra vai no sentido de repudiar a gestão da maioria socialista - fraca execu-
ção orçamental, notando-se em ano eleitoral um aumento das despesas correntes consubstancia-
das em acções de propaganda eleitoralista em ano de vincada crise
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete
A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor (dezoito do PS, oito
da CDU e um do PSD) e duas abstenções do MIC, aprovar a Aplicação do Resultado Líquido do
Exercício de 2009, tal como proposto no Relatório de Gestão de 2009:
Reservas Legais - 78.341,64 €;
Resultados Transitados - 1.488.491,13 €
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO OITO - I REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO
PLANO POR INCORPORAÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR:- Foi presente
o ofício n.º 4088, de 21 de Abril de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta
sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Extraordinária
de 21 de Abril de 2010, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Oito por parte do Presi-
dente da Câmara
O Presidente da Câmara referiu: O que fizemos foi reforçar um conjunto de rubricas que



estavam, de alguma maneira, sub-orçamentadas e aplicámos no reforço dessas rubricas as verbas
resultantes do saldo da conta de gerência
O principal reforço aplica-se em despesas de capital e tem a ver com rubricas de investi
mento
Também tenho pena que não tivéssemos feito mais investimento e tivéssemos mais des
pesa de capitalpesa de capital
Como é evidente, esse atraso de 2009 vamos recuperá-lo ao longo dos próximos anos. Ja
demos exemplos nos mandatos anteriores que não vai sobrar um euro dos fundos comunitários
que dizem respeito ao Município de Coruche. Além disso, vamos conseguir outros apoios que
não fazem parte da contratualização e que por diversas formas, através de candidaturas e de ini
ciativas nossas, temos conseguido trazer para o concelho de Coruche. Exemplo disso é o Obser
vatório do Sobreiro e da Cortiça
Estaremos muito atentos à execução nos próximos tempos e aos fundos comunitários que
atribuam ao concelho de Coruche. Não fiquem preocupados, mesmo aqueles que não gostan
daquilo que fazemos, porque vamos de facto executar muito mais nos próximos anos. No ano de
2009 não estivemos parados, daí que uns tenham reparado que gastámos mais em consultoria
Também é verdade que gastámos alguma coisa em consultoria que não gostávamos de te
gasto. Por exemplo, para responder a provocações jurídicas feitas por alguns órgãos autárquicos
nomeadamente a Junta de Freguesia do Couço
Nos anos em que temos de preparar o QREN e temos de preparar investimentos futuros e
natural que se façam mais estudos e consultorias
Não criámos nada de novo, reforçámos algumas rubricas e, como disse, grande parte do
reforço tem a ver com despesa de capital, com investimento que não se fez em 2009 e que se fara
em 2010
Uma pequena nota para explicar ao Vogal Rui Aldeano que não tivemos uma execução
de 500 mil euros em Centros Escolares o ano passado. Foi pena, mas vamos ter este ano
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu que iria votar contra e destacou o
acréscimo das seguintes rubricas, as quais merecem uma explicação:
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria;
Publicidade;
Outros trabalhos especializados
Salientou, ainda, que nas GOP's pode ver-se mais ao detalhe a gestão que o PS ten
seguido. Inscrevem-se obras que não são para executar. Deu como exemplo, o Parque de Lagoí



ços, cuja obra não será para executar em 2010, e referiu que era importante a população saber o
ponto da situação
O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: Relativamente a esta revisão, o PS vai
votar a favor porque estas revisões são necessárias. Só quem não passa mais a sério pela política
e pela gestão autárquica é que não percebe que as alterações e revisões orçamentais são sempre
necessárias
Temos consciência daquilo que estamos a fazer. Temos consciência que se não o fizer-
mos criaremos problemas ao executivo
Há despesas que são subtraídas e outras aumentadas e é preciso que se façam estas cor-
recções
Por vezes a oposição crítica o executivo pelo facto de algumas despesas correntes aumen-
tarem e por outro lado indicia a necessidade de se proceder a certos trabalhos que só podem rea-
lizar-se se houver aumento em despesas correntes
Estou a lembrar-me de algumas alterações que fizemos nos dois executivos anteriores e
que trouxe aumento de despesa. Concretamente: os vigilantes da Zona Industrial que foram subs-
tituídos por vigilantes da empresa Prosegur; o transporte de trabalhadores municipais. Como
sabem, até 2001 eram transportados em camiões e em condições perfeitamente desumanas. Em
2002, quando entrámos para a Câmara, alterámos toda esta situação. Ou transportávamos em
condições ou não transportávamos. Começaram, então, a ser transportados em autocarros. São
dois exemplos que têm reflexos nas despesas correntes
As oposições por vezes criticam, condenam o aumento de despesas correntes, mas depois
acham bem que se proceda a este tipo de gestão e de trabalho
O Deputado Municipal Abel Santos referiu: O nosso voto vai no sentido da abstenção
porque achamos que apesar de haver algumas rubricas que fazem sentido serem reforçadas, há
muitas verbas como a publicidade, o marketing e as consultorias que não deveriam ser reforça-
das. Esse dinheiro deveria ser aplicado naquilo que é essencial e que é fundamental para uma
grande percentagem da população que é carenciada
Nesse sentido, a Câmara poderia com esse dinheiro (que é significativo), aproveitar para
reforçar a parte social. Achamos que é uma falha grave do plano de actividades e naquilo que
este executivo tem vindo a desenvolver
O Presidente da Câmara referiu: O facto de reforçar algumas rubricas não quer dizer que
tenha havido um aumento de despesas ou que se preveja uma despesa extraordinária nessas
rubricas. Tem a ver com rubricas que têm execução ao longo do ano, mas numa fase não inicial.
Na altura que fizemos o orçamento, com muito menos disponibilidade financeira, deixámos
algumas rubricas sub-orçamentadas porque não íamos precisar de utilizar esse dinheiro no início



do ano. Noutras não era possível fazer isso porque têm uma execução mais ou menos idêntica ao
longo de todo o ano
Um reforço não significa uma alteração daquilo que era a previsão da despesa, significa
que são rubricas que previamente são sub-orçamentadas, que não têm grande execução nos pri-
meiros meses e depois precisam de ser reforçadas com esta incorporação do saldo da gerência
Quando aparece a rubrica "Outros", não é nenhuma invenção dos técnicos ou dos políti-
cos para camuflar coisas. Há um conjunto de despesas variadíssimas que vão a essa rubrica
"Outros", e algumas são bastante significativas. Têm essa classificação orçamental de acordo
com a contabilidade oficial
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Oito
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor do PS, oito votos contra
da CDU e três abstenções (duas do MIC e uma do PSD), aprovar a I Revisão ao Orçamento e às
Grandes Opções do Plano por Incorporação do Saldo da Gerência Anterior
A presente deliberação foi aprovada em minuta
PONTO NOVE - APROVAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOL-
VIMENTO - CORUCHE 2020:- Foi presente o ofício n.º 4086, de 21 de Abril de 2010, da
Câmara Municipal de Coruche, anexando o Plano Estratégico de Desenvolvimento - Coruche
2020, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Extraordinária de 21 de Abril de 2010,
o qual fica a fazer parte integrante da presente acta
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Nove por parte do Presi-
dente da Câmara e salientou que este Plano Estratégico já esteve em debate várias vezes
O Senhor Presidente da Câmara vai explicar a razão porque este Plano Estratégico tem de
passar pela Assembleia Municipal para ser aprovado
O Presidente da Câmara referiu: Não quero recordar o histórico da discussão do Plano
Estratégico de Desenvolvimento - Coruche 2020
O facto deste Plano Estratégico estar aqui para ser aprovado pela Assembleia, prende-se
com uma razão instrumental. Saiu um novo eixo dos fundos comunitários que tem a ver com a
requalificação e reabilitação de espaços rurais, com aquilo que em linguagem simples se chama
regeneração urbana das aldeias e das zonas rurais dos concelhos que têm áreas mais urbanas e
outras de características rurais
Essa requalificação dos espaços rurais subentende a existência de um Plano Estratégico
que defina quais são os espaços rurais que merecem ou que estão mais vocacionados para este
tipo de requalificação, porque se prevê um crescimento urbano, porque é preciso criar ordena-
mento urbano nesses espaços rurais ou porque se quer com isso conseguir uma atractividade quer
de empresas quer de pessoas para esses mesmos espaços



Felizmente, o ano passado, fizemos com a equipa do professor Augusto Mateus um con-
junto de estudos que levaram à publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento - Corucho
2020, o qual aponta exactamente para a atenção que devemos prestar no concelho de Coruche à
manutenção dos espaços rurais e à importância que eles têm na dinâmica deste concelho
Apostamos no reforço da urbanização da vila de Coruche;
Apostamos na atractividade de novas populações pela proximidade futura da localização
do aeroporto;
Apostamos na estratégia de atrair novas empresas;
Continuamos a fazer uma forte aposta no mundo rural e nas virtualidades desse mundo
rural, seja pelo facto de garantirmos as actividades tradicionais, nomeadamente na floresta e na
agricultura, seja por ter uma qualidade de vida e um conjunto de infra-estruturas que torna apete
cível esse espaço na perspectiva do futuro próximo
Entendeu-se também que há um conjunto de lugares no concelho de Coruche que nos
anos próximos terão uma visibilidade e uma atractividade acentuada tendo em conta o novo
aeroporto. É fácil perceber que freguesias como a Branca, o Biscainho e a Fajarda serão extre
mamente atractivas do ponto de vista da procura de casa por parte daqueles que irão trabalha
para o aeroporto ou daqueles que, mais tarde, serão funcionários desse mesmo espaço. Ou, ainda
como já acontece, de população da grande Lisboa que pretende uma segunda residência ou mes
mo uma primeira residência.
Para a candidatura à tal requalificação dos espaços rurais é preciso que haja um documen
to enquadrador em cada município que o fundamente e justifique
No caso do município de Coruche, em termos de investimento, poderá atingir cerca de
500 a 550 mil euros. Não são grandes investimentos, mas permite fazer requalificações em espa-
ços rurais, nomeadamente criar centralidades em algumas povoações e torná-las mais atractivas
do ponto de vista das novas populações ou do reforço da qualidade de vida para as populações
que lá vivemque lá vivem
É por esse motivo que trazemos este Plano Estratégico de Desenvolvimento - Coruche
2020, que já foi aprovado em reunião de Câmara, e que, naturalmente, pretendemos e desejamos
que seja aprovado formalmente na Assembleia Municipal
O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara
De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Armando Rodrigues usou da palavra referindo que estamos na
presença de um plano que é semelhante a outros que a empresa do Professor Augusto Mateus fez
para outros Municípios e que não é mais do que um conjunto de generalidades
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Quando vimos a colocação deste ponto



na convocatória colocámos a questão do porquê de vir este documento, neste momento, à
Assembleia Municipal
Penso que após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara se percebeu que é uma
obrigação legal neste momento
Como sabemos, este Plano Estratégico passou por um processo longo e já teve uma apre-
sentação do mesmo
Penso que todos desejamos que seja aplicado e colocado em prática a favor da população
e do desenvolvimento do concelho. Deve ser essa a nossa preocupação
O Deputado Municipal Gonçalo Ferreira referiu: Em relação a este Plano Estratégico
temos pena que não tenha envolvido mais a população coruchense, até porque deveria ser obri-
gação dos coruchenses pensar Coruche
Temos figuras de referência a nível nacional que são da nossa terra e que poderiam auxi-
liar na execução deste Plano Estratégico, preocupando-se com as questões do PDM e de ordena-
mento do território
Repito, figuras de renome nacional, com carinho a Coruche, com amor a Coruche, que
conhecem Coruche melhor do que gabinetes de Lisboa e que conhecem os anseios da população
coruchense
Como já aqui foi dito, recorre-se a estas consultoras que fazem projectos idênticos para
todo o país, apenas adaptando algumas situações. Estas empresas, de facto, não conhecem os
anseios das populações
Ao reler o Plano Estratégico de Desenvolvimento - Coruche 2002, de forma sucinta,
constato que não acrescenta nada de novo ao que se tem vindo a dizer há alguns anos a
esta parte
Temos de evitar ser um território dormitório de Lisboa, algo que foi aqui contradito pelo
Senhor Presidente da Câmara
Esperamos que este plano, esta preocupação estratégica, traga realmente alguns benefí-
cios para Coruche, mas até lá não saberemos o que vai acontecer
O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: Em relação à intervenção do Deputado
Gonçalo Ferreira dá-me a ideia que ele anda um pouco distraído e que também não leu o Plano
Estratégico de Desenvolvimento.
Quando diz que deveria ter sido ouvida a população de Coruche, dá-me ideia que passou
um pouco à margem das várias sessões de recolha de opiniões que o executivo municipal pro-
moveu junto de agentes económicos, famílias, empresas e até mesmo celebridades e pessoas com
conhecimento reconhecido em matérias de planeamento e desenvolvimento regional
Em relação à intervenção do Deputado Armando Rodrigues, quando refere que estes



estudos são chapa cinco, claro que podemos dizer aquilo que melhor nos convier para a discus-
são política
Como deve saber, existem modelos de planeamento estratégico e sendo a mesma equipa a
fazer os planos, é normal que utilize a mesma metodologia em termos de organização do seu
estudo. É natural que os fundamentos metodológicos e a matriz seja a mesma
Também quando diz que são generalidades, desculpe se estou a abusar na interpretação
das suas palavras, é claro que o planeamento estratégico não pode determinar um caminho. Deve
indicar vários caminhos alternativos e, obviamente, depois caberá ao decisor, neste caso ao órgão
executivo, seguir o caminho que mais lhe convier, atendendo à evolução do cenário que se apre-
sente à sua frente.
É claro que este Plano Estratégico contempla a possibilidade da criação do aeroporto,
mas se for atrasada a sua construção, certamente que a decisão a ser tomada será uma outra e não
aquela que contempla a construção do aeroporto em 2017
Em boa hora foi decidido elaborar este Plano Estratégico por forma a aproveitar as opor-
tunidades emergentes e, também, para obter um conhecimento mais abrangente sobre as ameaças
que impendem sobre o território e sobre o concelho. Quanto mais não seja, a importância que
estes planos têm sobre os instrumentos de ordenamento do território, nomeadamente os de natu-
reza regulamentar, como é o caso dos PDM's de segunda geração, ou seja, a Revisão aos PDM's.
Isto é bastante importante
Surge aqui uma nova oportunidade que até então não existia, que é a possibilidade das
autarquias, entenda-se as Juntas de Freguesia em parceria com as Câmaras Municipais, poderem
aceder a fundos que anteriormente não tinham
Temos de ver as virtualidades do Plano Estratégico e não apontar os defeitos, porque
apontar defeitos é o mais fácil
O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Nove
A Assembleia deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor (dezoito do PS e um
do PSD), um voto contra da CDU (Deputado Municipal Armando Rodrigues) e nove abs-
tenções (sete da CDU e duas do MIC), aprovar o Plano Estratégico de Desenvolvimento -
Coruche 2020
A presente deliberação foi aprovada em minuta
O Deputado Municipal Armando Rodrigues apresentou uma declaração de voto onde jus-
tificou a sua posição com o facto do documento em discussão ser uma fraude e não precisarmos
que o professor Augusto Mateus nos venha dizer o que é óbvio. Frisou que não estava contra a
candidatura, mas sim contra o negócio com o professor Augusto Mateus
O Deputado Municipal Mário Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto:



Queria aproveitar esta oportunidade para agradecer a possibilidade que têm todas as Jun-
tas de Freguesia do Concelho de Coruche. É uma janela que se abre. Basta ler esta frase "acções
de valorização e qualificação ambiental visam o financiamento de operações de qualificação
urbana de pequenos aglomerados."
Muito obrigado. Cá estaremos para conversar um dia mais tarde
PONTO DEZ - RELATÓRIO ELABORADO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO
ARTIGO 10.º DA LEI N.º 24/98, DE 26 DE MAIO - ESTATUTO DO DIREITO DE OPO-
SIÇÃO:- O Presidente da Assembleia salientou que este ponto foi agendado a pedido do Grupo
Municipal da CDU
De seguida passou a palavra à bancada da CDU
O Deputado Municipal Armando Rodrigues proferiu a seguinte intervenção:
O Grupo Municipal da CDU solicitou o agendamento deste ponto por considerar ser de
máxima importância proceder aqui na Assembleia Municipal, à discussão do relatório que a
maioria socialista elaborou a propósito do cumprimento do estatuto do direito de oposição que
considera ter cumprido, conforme o estabelecido na lei
Ora o relatório que nos foi distribuído merece da parte da CDU o mais veemente repúdio
pois o seu conteúdo é um verdadeiro exercício de hipocrisia política
Quem alguma vez tenha assistido às reuniões da Câmara ou da Assembleia Municipal,
pôde verificar a forma autoritária, desrespeitosa, ofensiva e até nalguns momentos atentatória da
dignidade pessoal e política dos eleitos da oposição
Qual tem sido a prática da maioria socialista?
Nas reuniões de Câmara para além de recusarem as propostas dos vereadores da CDU
para o agendamento de assuntos na ordem do dia, como foi caso recente da proposta relativa à
"Opção Gestionária". É frequente os documentos relativos aos assuntos da ordem do dia, serem
disponibilizados "em cima" das reuniões de Câmara, as reclamações que vimos fazendo há anos
caiem em "saco roto"
Até ameaças aos vereadores da CDU de serem postos fora da sala, têm sido proferidas
Muitos dos senhores deputados já presenciaram em sessões da Assembleia o Senhor Pre-
sidente da Câmara apelidar alguns de nós de mentirosos, quando exprimimos legitimamente
opiniões e apreciações sobre assuntos do Município. Conforme se pode comprovar pela consulta
das actas
Quantas questões são colocadas e às quais não é dada qualquer resposta? Refiro a título
de exemplo os últimos requerimentos feitos pela CDU a propósito das "dívidas da água"
Quem não se recorda das dificuldades que membros desta Assembleia tiveram para reunir
em instalações da Câmara nos Paços do Concelho



Quem não se lembra da recusa por parte do Presidente da Câmara de submeter à Assem-
bleia Municipal o regulamento para a atribuição dos "Prémios do Foral", usurpando uma compe-
tência da Assembleia
Quem não se lembra da acção interposta no "Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria"
pelo Senhor Presidente da Câmara contra a Assembleia Municipal, por esta exercer um direito
legítimo de constituir uma comissão de inquérito
As próprias condições em que funcionamos e que há meses, vimos chamando a atenção,
por si só uma enorme falta de respeito pela oposição, pois as condições em que trabalhamos não
são dignas e dificultam o cumprimento da nossa função
Exemplos de falta de respeito para com a oposição não faltam, ainda na última reunião
desta Assembleia o Presidente da Câmara chamou a um deputado municipal "homem das
cavernas"
Quem não se recorda da reclamação da oposição para que os documentos de prestação de
contas sejam discutidos e aprovados em reuniões de Câmara abertas ao público e que a maioria
PS insiste em o fazer em reuniões extraordinária contrariando a Lei
Termino não podendo deixar de sublinhar as concepções paternalistas, jactantes e presun-
çosas que retiro da leitura do relatório que cito: "foi ainda assegurada à oposição o direito de se
pronunciar e intervir sobre quaisquer questões de interesse público relevante podendo efectuar
pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e
protestos"
Pois bem, quero daqui dizer ao autor deste relatório que nós, eleitos da CDU, não preci-
samos de qualquer autorização ou permissão para emitir as nossas opiniões, sobre os assuntos ou
temas que entendermos. Nem no tempo do fascismo quando expressar livremente as opiniões
poderia significar perseguições e até a prisão nos deixámos intimidar, muito menos agora o PS
com este expediente nos intimida
Este relatório merece da parte da CDU, o mais firme repúdio e queremos deixar bem cla-
ro que jamais abdicaremos dos nossos direitos enquanto cidadãos livres que justamente exercem
os seus direitos de cidadania
A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: O relatório foi elaborado e foi distribuído a
todos os partidos titulares do direito de oposição. Foi estipulado um prazo para que todos os par-
tidos se pronunciassem, se assim o entendessem. Esse prazo foi de 15 dias e o único partido que
se pronunciou foi o PSD
Em relação àquilo que são as acções da Câmara Municipal para cumprir o que é o Estatu-
to do Direito de Oposição, elas revelam-se por exemplo em acções como convidar todos os par-
tidos da oposição para apresentarem propostas sobre o PPI e o Orçamento



Devo dizer que quando a CDU, permita-me que o diga, é convidada a apresentar propos-
tas ou sugestões para a estratégia do concelho de Coruche, faz aquilo a que já todos nos habi-
tuámos - não aparece. Por aí se vê o espírito democrático e de responsabilidade que a CDU tem
O relatório foi elaborado taxativamente como a lei prevê, com todos os deveres que o
município deve cumprir. E cumprimos com muita alegria, com muita vontade e com muito orgu-
lho, porque respeitamos naturalmente a oposição tal como esperamos, um dia quando não formos
poder ou não estivermos no poder, que a oposição nos respeite
Realmente é uma pena as oposições não serem críticas do ponto de vista positivo e criti-
carem sempre negativamente sem apresentarem propostas, o que é lamentável. Ainda gostava de
ver a CDU nesta Assembleia Municipal a apresentar sugestões e propostas. Porque é que não o
fazem?
Se tinham algo a dizer sobre o Estatuto do Direito de Oposição, deveriam tê-lo feito no
prazo que foi estipulado, mas, mais uma vez, não recebemos qualquer tipo de proposta
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Relativamente a esta questão o PSD
recebeu o relatório, o qual foi apresentado à Comissão Política Concelhia. É assim que funciona.
Não cumprimos os quinze dias porque as reuniões da Comissão Política não são de acordo com
os prazos impostos pela Câmara, penso que respondemos no prazo de um mês
Respondemos que o que está reflectido no relatório é aquilo que é o sentimento deste
executivo relativamente ao que é ser oposição no concelho de Coruche, o que nós lamentamos
Sentimos que aquele relatório reflectia a forma como o PS vê a oposição em Coruche
Aproveito para lamentar que o PS trata a oposição hoje em dia como provavelmente não
gostou de ser tratado quando era oposição
Vou dar apenas um exemplo dessa forma de tratamento que não me parece correcta. No
último mandato, como o Senhor Presidente da Câmara sabe e a maior parte dos Deputados
Municipais que estão aqui, os Vogais eram impedidos de aceder ao edifício conforme refere a
lei. Eu próprio fui impedido de passar a portaria da Câmara Municipal. O Senhor Presidente está
a dizer que não, mas não diga que não. Aconteceu comigo, fui impedido por um segurança de
passar a portaria da Câmara
Está na lei que os Deputados Municipais têm acesso a todos os espaços do domínio do
município
Quando um Deputado Municipal é impedido de entrar na Câmara, não se está a cumprir o
direito de oposição
Em relação ao relatório, o que dizemos é que aquilo é, na perspectiva do PS, a forma
como a oposição deve ser tratada. Acredito que se o PS fosse oposição garantidamente não gos-
taria de ser tratado assim



O Deputado Municipal Abel Santos afirmou: Nós só podemos tomar posição sobre o
Estatuto do Direito de Oposição desde que fomos eleitos
E como somos pela verdade e pela justiça, o que temos a dizer é que não temos encontra-
do no executivo camarário qualquer tipo de bloqueio. Tudo aquilo que temos solicitado tem-nos
sido dado em tempo útil, à excepção do requerimento sobre os vencimentos dos colaboradores da
Câmara, mas penso que nos vão dar resposta. Também temos sido sempre muito bem tratados
Fomos ouvidos aquando do PPI e algumas das nossas propostas foram aceites
Quando solicitámos espaços nos edifícios camarários para reuniões e para receber os
munícipes também nos foi facultado de acordo com a disponibilidade
O MIC não tem nada a opor a situações relativamente à oposição e consideramo-nos
satisfeitos com a forma como temos sido tratados neste aspecto
O Deputado Municipal Rui Aldeano usou da palavra, não tendo utilizado microfone e não
tendo sido possível captar a sua intervenção
O Deputado Municipal António Soares referiu: Isto é curioso, a gente de vez em quando
reflecte um pouco e de facto há grandes contradições
Acho que a oposição, seja ela qual for, na Assembleia, na Câmara, na Junta de Freguesia,
na Assembleia de Freguesia ou no Parlamento e mesmo se calhar nas colectividades e noutras
formas da vida, é sempre importante. É importante que haja vozes discordantes, porque aí é que
nasce a luz e a vida tem valor
Há uma tentação de partido único. Ou seja, é aquilo que o PS diz ou tudo o resto não con-
ta e muitas vezes o combate é de forma um pouco violenta em termos de palavreado
De facto, esta questão das propostas é uma coisa curiosa. Pessoalmente, em nome da
CDU, estive 22 anos no executivo municipal a tempo inteiro e mais quatro anos na oposição e
neste mandato na Assembleia Municipal. Concerteza que a CDU fez muitas propostas e muitas
acções neste concelho. É natural que as oposições nessa altura contribuíram também para algu-
mas acções
Quando se faz uma obra, que votámos a favor sendo oposição, a imagem pública é só da
força que está em maioria. Do ponto de vista político é assim, mas do ponto de vista da oposição
também temos ali o nosso contributo
Dizer-se que a CDU não tem propostas, ora hoje não estamos no poder, não estamos na
parte executiva. É lógico que não temos de estar a fazer propostas, isso cabe à força que está no
executivo e naturalmente depois as eleições irão ditando as várias fases dos mandatos
Hoje falamos de uma lei que diz respeito ao Estatuto do Direito de Oposição, mas queria
lembrar que antes de haver essa lei já a prática da CDU no executivo municipal era de dar voz à
oposição, incluindo espaço e meios, tais como um gabinete próprio e armários onde se pudesse



guardar documentação
Essa realidade hoje não existe. Tive oportunidade de constatá-lo no último mandato en
que participei na Câmara. Aliás, numa das primeiras reuniões, sugeri ao Senhor Presidente qu
nos fosse disponibilizado um gabinete e a verdade é que nos foi dito que não havia espaço
quando sabemos que quando há boa vontade o espaço existe. Para preparação das reuniões, po
vezes, tínhamos de andar a saltitar de gabinete em gabinete
A lei obriga a que a oposição tenha esse estatuto, mas antes dessa lei existir já nós dáva
mos esses direitos e concerteza que devem continuar, acho que é uma questão de bom senso
Penso que a participação activa de todos os membros da oposição só preenche de facto
espaço que pode eventualmente estar vazio na parte dos executivos que têm a maioria. Todo
temos esse direito independentemente dos votos ou da representação que cada um tem no
órgãos
É importante que se diga, não direi tanto na Assembleia, mas para quem está na Câmar
como Vereador em regime de oposição, que em relação a determinados documentos que surger
nas sessões, também pudéssemos ter o privilégio de os consultar do ponto de vista técnico. O
seja, que os técnicos municipais nos elucidassem das várias acções ou das questões concretas d
pormenor. Por um lado, argumenta-se que são os técnicos quando interessa, quando não interess
é a oposição que está a dizer mal dos técnicos. Há processos que quem está a lidar com eles no
dia a dia está muito mais à vontade para a discussão. A oposição por vezes procurava alguns téc
nicos e notava-se que, embora algumas coisas nos fossem transmitidas, não estavam à vontad
para prestar as informações. Era sempre, não direi pela "porta do cavalo", mas uma coisa assir
parecida. É um assunto que vale a pena debruçarmo-nos sobre ele
O que pedia em nome da oposição era que estas coisas não precisassem de lei. É o bor
senso que deve garantir esses privilégios
O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma tentativa de criar factos políticos e d
trazer para a discussão política, que tem sempre razão de ser na Assembleia, coisas que alguma
delas são simples insinuações, de meter um pouco a mão na consciência e de reconhecer porqu
é que se fez ou se faz quando se está no poder e, depois, acusar os outros de tudo e mai
alguma coisa
Relativamente à intolerância e respeito pelos outros e pela oposição, tivemos aqui hoj
uma boa demonstração quando, a certa altura, o tipo de intervenção de alguns deputados não
agradou a outros deputados. Estes levantaram-se e fizeram barulho, chamaram nomes, agredi
ram-se verbalmente e não fizeram mais porque não estavam na Mesa, senão a sessão provavel
mente não tinha continuado
Em relação a esse respeito pelo direito de oposição viu-se como foi quando a CDU tev



maioria. No mandato passado, na Assembleia Municipal, vimos como é que a Mesa conduziu os
trabalhos, como é que impediu muitas vezes o Presidente da Câmara de usar da palavra, como é
que abandonou a sala quando era para discutir o Plano Estratégico de Desenvolvimento
O Deputado António Soares vem aqui invocar que "em relação ao direito de oposição
agora já existe uma lei, mas nós já dávamos esse direito antes de ser obrigatório". É significativo
sobre aquilo que é o conceito que temos de lidar com a oposição "nós já dávamos, dávamos essa
beneficência"
Depois, repudia algumas coisas, e é grave dizer isso, como é o caso de alguns técnicos
municipais pela "porta de cavalo" lhe prestarem informações. É perfeitamente falso. Qualquer
técnico chamado por um Vereador da oposição está perfeitamente livre para dar uma informação
técnica, não está condicionado por alguém. Aliás, isso acontece quando os Vereadores da oposi-
ção consultam documentos, tiram fotocópias, falam com quem entendem e informam-se sobre os
assuntos, como não podia deixar de ser, sem qualquer tipo de restrição
O Deputado Francisco Gaspar não foi impedido de entrar no edifício, foi impedido de
fazer uma reunião de uma auto-proclamada comissão de inquérito, isso é que aconteceu
O Deputado Municipal Francisco Gaspar salientou: Fui impedido de entrar pelo seu Che-
fe de Gabinete
O Presidente da Câmara referiu: Eu sou o meu Chefe de Gabinete?
Entendo que o senhor estava de facto a falar de um assunto que eu desconhecia
O que eu lhe estava a dizer é que houve uma auto-proclamada comissão de inquérito
sobre o Observatório do Sobreiro e da Cortiça que estava impedida de reunir, pois o executivo
municipal achava que essa comissão não existia
Com meu conhecimento ou com alguma determinação minha ninguém foi impedido de
entrar na Câmara. Se o senhor está a querer insinuar isso em relação à minha pessoa, não é ver-
dade. Não dei ordem a ninguém sobre essa situação, nem defendo que isso possa acontecer
Quanto ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, penso que nós o respeita-
mos. É claro que é um formalismo aquele documento que se faz. Podemos sempre encontrar
razão para discutir isso na Assembleia, na Câmara ou na praça pública
Aquilo que é aduzido por parte de alguns Vogais não é apresentado por aqueles que estão
connosco nas sessões de Câmara, nomeadamente os Vereadores da CDU, não os vejo manifestar
essa preocupação
O facto de os Vogais apresentarem ou não moções, críticas ou propostas, decorre nor-
malmente em qualquer órgão autárquico
Se assistimos de facto à falta de respeito pela oposição ou pelos pares, as Assembleias
Municipais no último mandato foram o exemplo disso. Alguns deputados, que escuso de dizer



quem são, todos sabem, a ofenderem toda a gente, a tratarem mal a Mesa, a não respeitarem as
orientações da Mesa, inclusivamente do próprio Partido. Com toda a desfaçatez, com falta de
educação e com falta de respeito democrático abandonarem a sala, mandarem toda a gente para
"aquele lado", rasgarem papéis em plena Assembleia, etc. etc Quero dizer que isto é falta de
cultura democrática, falta de respeito pela democracia, falta de respeito pelos outros, esteja-se na
oposição ou esteja-se no poder é a mesma coisa, tem a ver com a formação democrática
O Presidente da Assembleia deu por encerrada a discussão do Ponto Dez
PONTO ONZE - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-
Foi presente o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao perío-
do de 16 de Fevereiro a 21 de Abril de 2010, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta.
O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presiden-
te da Câmara
O Presidente da Câmara salientou: Não vou dizer nada, naturalmente devido ao adiantado
da hora, a não ser que sejam colocadas algumas questões
O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais
O Deputado Municipal Rui Aldeano iniciou a sua intervenção
O Presidente da Assembleia salientou: Estamos a discutir o Relatório da Actividade e
Situação Financeira e esse assunto não se enquadra neste ponto, mas sim no Período de Antes da
Ordem do Dia
O Deputado Municipal António Soares referiu: Relativamente ao arranjo urbanístico em
Santo Antonino acho que é uma pena ter-se abandonado nos passeios o acesso às casas e gara-
gens através de pequenas rampas, permitindo assim que todo o passeio pudesse ficar num plano
direito. Assistimos que a pessoa vai no passeio e com frequência encontra um alto e baixo. Se
calhar, é uma forma mais simples de executar, mas não deixará de ter repercussões um pouco
negativas para quem ali passa, acima de tudo quando as pessoas têm mais alguma idade ou os
mais novos vierem distraídos e de um momento para o outro encontram um rebaixo no passeio
É pena que esta obra fique naquela situação. Na fase em que a obra se encontra, não sei
até que ponto a situação poderá ser corrigida. Era um reparo que deixava
Estrada de Meias. Hoje, estas árvores não prejudicam o trânsito, mas daqui por uns anos podem
vir a prejudicar. Acho que esta plantação devia estar mais afastada da berma da estrada
O Deputado Municipal Osvaldo Ferreira referiu: Uma pequena preocupação com a segu-
rança rodoviária na entrada norte da vila de Coruche, nomeadamente no acesso de quem vem das
curvas do castelo. Vai ser permitido voltar imediatamente à esquerda ou se é obrigatório o trânsi-
to vir à rotunda? Tenho passado por ali e ainda não vi qualquer sinalética. Considero que a circu-



lação na rotunda são as práticas mais prudentes e depois então voltar para a Avenida do Castelo.
Se esta questão não está contemplada, deveria ser vista a situação
O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Gostaria de perguntar ao Senhor Presi-
dente se já sabe quando estará terminada a 2.ª fase da Entrada Norte e para quando o início da 3.ª
fase até à E.N. 114-3
O Presidente da Câmara referiu: Não temos a chamada 3.ª fase que o Vogal Francisco
Gaspar falou, não está definida
Quanto à 2.ª fase está eminente a sua conclusão. A empresa já está numa situação de
incumprimento desde o dia 11 de Abril. Penso que na próxima semana a obra ficará concluída
Em relação aos rebaixos nos passeios, tanto quanto sei, aquilo que é estabelecido como
princípio de cumprimento da mobilidade é fazer aquele tipo de rebaixo nos passeios e não ram-
pas de acesso. Pode ser mais ou menos bonito, mas do ponto de vista da mobilidade é o aconse-
lhado de acordo com os normativos actuais
Quanto à plantação das árvores na Estrada de Meias, também achei um pouco estranho,
fiquei com a ideia que estavam muito perto da berma e que são árvores de algum porte. Não sei
qual é a finalidade. Os terrenos são da jurisdição da Associação de Regantes, vou tentar perceber
o que se passa
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
O Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da
palavra
O munícipe Carlos José Lopes Gafaniz, residente na Erra, solicitou a intervenção da
Assembleia Municipal sobre situações menos agradáveis por parte da GNR
Deu conhecimento dos acontecimentos ocorridos no passado dia 29 de Dezembro com
umas ovelhas na E.N. 119, em que chamou a GNR e acabou por ser autuado, porque não tinha
colocado o sinal de pré-sinalização e ainda de diversas multas por estacionamento de viaturas na
via pública
Entregou na Mesa uma carta do seguinte teor:
"Assunto - Intervenção da GNR - Multas
Face ao assunto mencionado em epígrafe venho muito respeitosamente solicitar a inter-
venção desta Assembleia que V.Exas têm a honra de constituir
Desde o dia 29 de Dezembro de 2009 tenho vindo a ser constantemente autuado pela
GNR por ter estacionado na via pública as minhas viaturas de trabalho em virtude de não existir
parque de estacionamento de pesados na Erra, é evidente que tenho a noção que estou em trans-
gressão, mas acontece que estas mesmas viaturas sempre estiveram neste local por não existir
outro. Na verdade devido ao valor dos equipamentos existentes nas viaturas não as posso colocar



to frequentado. Assim mais uma vez peço a esta A e a Junta de Freguesia consigamos encontrar uma	
ENTO:- E nada mais havendo a tratar, o Presidente	_
duas horas e quarenta e cinco minutos, do dia 1 davrou a presente acta, que eu, Nelson Fernando I	
O Primeiro Secretário	
O Presidente da Assembleia Municipal	